



**‘O sindicato
somos nós,
nossa força e
nossa voz!’**



XI Congresso do Sindsaúde-RN

13, 14 e 15 de março de 2015
Hotel Mardunas - Nísia Floresta

CADERNO DE TESES

Este caderno reúne as três teses inscritas para o XI Congresso do Sindsaúde. Cada uma foi assinada por um grupo de ao menos 10 servidores e apresenta uma avaliação comum sobre cinco eixos temáticos que dizem respeito à luta da categoria (conjuntura, defesa da saúde pública, plano de lutas, avaliação da diretoria, democratização do Sindsaúde e organização de base), além de trazer propostas sobre os rumos da nossa luta, que serão apreciadas em nosso congresso.

Boa leitura e bom debate!

Diretoria Sindsaúde-RN

ÍNDICE

TESE 1

Democracia e Luta - 'Organizar a categoria pela base, para lutar contra os governos e democratizar o sindicato'

03

TESE 2

Corrente Proletária na Saúde

14

TESE 3

GOSS - 'Por um sindicato de luta e independente dos governos, patrões e partidos'

25

Tese 1

Democracia e Luta

'Organizar a categoria
pela base, para lutar
contra os governos e
democratizar o sindicato'

1. CONJUNTURA

1.1 INTERNACIONAL

Em 2008 iniciou-se uma crise econômica internacional analisada como a maior crise do capitalismo desde 1929. As medidas neoliberais para sair da crise impostas pelo FMI são: desregulamentações financeiras, cortes de gastos sociais, redução de salários e supressão de direitos sociais. Os grandes empresários e governos dos EUA e União Européia negociam um acordo de livre comércio que pode ser considerado um golpe de misericórdia no já quase derrotado “Estado de bem estar-social”, uma vez que através deste acordo as empresas poderão recorrer a um tribunal de justiça contra leis trabalhistas e políticas sociais consideradas “prejudiciais” aos seus negócios.

Uma vez sendo aplicada esta regra nos EUA e na Europa, existirá uma pressão muito grande por parte das empresas sobre outros países.

Enquanto os países desenvolvidos atacam os direitos dos trabalhadores, os efeitos da crise começam a atingir os países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) cujo crescimento, principalmente o da China, está desacelerando.

O imperialismo e os governos, para sair da crise, aumentam a exploração dos trabalhadores e atacam seus direitos. Esta situação gera revoltas, como as greves gerais na Europa, na Primavera Árabe e nas mobilizações na América Latina, como em 2013 no Brasil e, atualmente no México.

O ascenso das lutas no mundo vem sofrendo forte repressão. A primavera Árabe sofreu uma contraofensiva e, em 2014, o Estado de Israel, mais uma vez, desencadeou uma guerra de limpeza étnica contra o povo palestino na Faixa de Gaza.

No México ocorreu um brutal ataque desferido pela polícia e narcotraficantes contra estudantes em uma manifestação, resultando na morte de três e no “desaparecimento” de outros 43 estudantes da Escola Rural de Ayotzinapa. Este trágico episódio desencadeou uma onda de protestos no país, pela apuração e punição dos envolvidos, bem como por melhores condições na educação pública.

DEFENDEMOS:

- *Não aos planos de ajuste do FMI e ao acordo de livre comércio entre EUA e Europa que coloca em risco os direitos sociais. Os trabalhadores não pagarão pela crise!*
- *Pela anulação da dívida externa (e ou inter-*

na) como mecanismo de espoliação da classe trabalhadora;

- *Solidariedade aos rebeldes sírios, vítimas da ditadura de Assad; Solidariedade aos palestinos; vítimas do genocídio praticado pelo Estado de Israel; Por uma Palestina única, laica, democrática e não racista;*
- *Apuração e punição de todos os envolvidos no massacre de estudantes no México.*

1.2 NACIONAL

“OS TRABALHADORES NÃO VÃO ACEITAR PAGAR A CONTA DA CRISE NA ECONOMIA”

O Brasil, dentro da ordem econômica mundial, ocupa o lugar de fornecedor de matérias primas e energia. Isso aumentou nossa dependência do mercado mundial e nossa subordinação a uma economia exportadora de produtos primários. A privatização das estatais, como a Vale do Rio Doce, fechou milhões de postos de trabalho, reabrindo outros com menores salários e destruiu boa parte da indústria nacional.

O PT enfrentaria esta ordem neoliberal, garantindo as reivindicações do povo brasileiro. Porém, Lula e Dilma deram continuidade à política do PSDB: desmonte do Estado brasileiro, privatizações, órgãos sucateados, precarização do trabalho, desvalorização dos servidores, verbas cortadas das áreas sociais, concessões à iniciativa privada, etc.

Desde 2003, com a reforma da Previdência, os servidores públicos enfrentam duros ataques. Aproximadamente 45% do Orçamento vai, todos os anos, com juros e amortizações da dívida. Com isso áreas fundamentais, como saúde e educação e transporte, deixam de ter recursos e entram em colapso. Foi isso que motivou os protestos de junho de 2013.

O PT continuou entregando os recursos do País aos banqueiros, paralisou a reforma agrária, privatizou estatais (aeroportos e leilões do petróleo), avançou na precarização do emprego e terceirização.

Os partidos que estão no poder são financiados pelas empresas e depois governam para elas. Por isso, estamos vendo o mar de lama da corrupção na Petrobras e nas estatais, que envolve políticos e grandes empreiteiras como a OAS e Camargo Correia. São fraudes, propinas, formação de cartel e desvios dos recursos públicos.

A Petrobras é usada por PT e PMDB como balcão de negócios, com cargos da diretoria leiloados entre aliados e contratos superfaturados com empresas que financiam campanhas. Igual ao que fazia o PSDB...

Em 2014, o governo promoveu o “circo” da Copa

do Mundo, à custa de milhares de remoções, obras caríssimas e desnecessárias, isenção de impostos para FIFA e nove operários mortos.

Nas eleições vimos um enorme desejo de mudança que, desde junho de 2013, pulsa entre os trabalhadores e a juventude. Esse desejo se manifestou de maneira deturpada, pois muitos votaram em Aécio acreditando em suas mentiras e promessas.

Outros votaram no PT para impedir a “volta da direita” ou por medo de que as coisas pudessem piorar. Na campanha, Dilma fez promessas supostamente de esquerda. Porém sua primeira medida, dias após se eleger, foi o aumento dos combustíveis e dos juros. Compôs o novo Ministério com Kátia Abreu, representante do agronegócio, como ministra da Agricultura; Joaquim Levy, ex-diretor do Bradesco, para o Ministério da Fazenda, e Armando Monteiro, ex-presidente da CNI, para a Indústria.

Na campanha, disse que não iria mexer nos direitos trabalhistas, ‘nem que a vaca tussa’. Mas nos últimos dias de 2014, com o apoio da CUT, assinou uma medida provisória que ataca direitos como o seguro-desemprego, a pensão por morte e o auxílio-doença.

Não podemos acreditar que a reeleição de Dilma signifique “*Governo Novo, idéias novas*”. O que vemos desde já é o compromisso com o lucro dos empresários que financiaram as campanhas, bem como com a manutenção de políticas que precarizar os serviços públicos e atacam trabalhadores do campo e da cidade, em especial mulheres, negros e LGBTs.

Após um longo período com a economia desacelerando, 2015 pode ser o ano em que a crise mundial atinja com mais força o nosso País. Por isso, já tentam jogar a conta nas nossas costas. Porém, os trabalhadores e a juventude brasileira já demonstraram que não aceitarão esses ataques passivamente. Prova é que o Brasil foi surpreendido em 2013 por grandes mobilizações. Precisamos organizar a luta e resistência da classe trabalhadora, não confiar no governo e na velha direita, e voltar a tomar as ruas para fazer ouvir nossa voz e fazer valer nossos direitos.

DEFENDEMOS:

- *Não pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros e grandes especuladores;*
- *Anulação da Reforma da Previdência de 2003; Fim do fator previdenciário, aumento do valor das aposentadorias;*
- *Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal e mais investimentos em saúde, educação e demais serviços públicos; Pela valorização do/a servidor/a público;*
- *Redução da jornada de trabalho sem redução*

de salários;

- *Chega de privatizações! Reestatização das empresas privatizadas sem indenização; Fim das isenções para as empresas;*
- *Reestatização completa da Petrobras; Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores; Demissão da diretoria da Petrobras. Estabilidade do emprego para todos os trabalhadores das empresas envolvidas nos escândalos, até o final da investigação;*
- *Contra a precarização do trabalho; Fim das terceirizações, absorção dos terceirizados com os direitos dos demais servidores;*
- *Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, já;*
- *Não a criminalização dos movimentos sociais e das lutas; Garantia do Direito de Greve e contra os projetos de restrição deste direito;*
- *Contra as opressões e a violência contra mulheres, negros (as) e LGBT’S; Trabalho igual, salário igual; Creches públicas;*
- *Redução do preço e melhoria da qualidade dos transportes coletivos, rumo à tarifa zero;*

1.3 - CONJUNTURA - ESTADUAL NENHUMA CONFIANÇA NO GOVERNO ROBINSON!

Os trabalhadores do RN produzem R\$ 40 bilhões em riquezas todo ano. Entre 2002 e 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado cresceu a uma taxa média de 4,5% ao ano, acima da taxa do Brasil, que cresceu a uma média de 3,9% neste período. Então, ao contrário do que dizem os governantes, o RN não está mais pobre. Ao contrário, o Estado está mais rico.

Porém a classe trabalhadora no RN tem altos índices de pobreza, uma vez que 72% das famílias no RN ganham até 1 salário mínimo por mês.

O estado é um dos mais desiguais do País e sofre com problemas como analfabetismo, trabalho infantil e a violência, em especial contra jovens negros, LGBTs e mulheres. Em 2014, 117 mulheres foram assassinadas por machismo, sendo 5 em apenas 10 dias de dezembro.

O governo Rosalba (ex-DEM) deixa como legado o desmonte dos serviços públicos e o arrocho salarial do funcionalismo. Além disso, garantiu enormes lucros para as grandes empresas com isenções de impostos, gastando anualmente R\$ 800 milhões com terceirização e pagando cerca de R\$ 400 milhões por ano aos bancos em juros e amortização da dívida.

Rosalba passou todo o governo dizendo que não tinha dinheiro e recorrendo à Lei de Responsabili-

dade Fiscal para negar reajustes ao funcionalismo. O servidor público foi mostrado como um vilão, como se fossêmos culpados pela crise do RN.

Agora, seu vice, Robinson Faria (PSD) foi eleito governador e durante a campanha fez muitas promessas. Vamos exigir que cumpra todas, porém queremos alertar aos trabalhadores que não podemos esperar grandes mudanças deste governo, uma vez que Robinson foi financiado pelos grandes grupos econômicos (Friboi e Guararapes, por exemplo) e para eles governará. Seguirá pagando a dívida pública e gastando com isenções fiscais e terceirização.

O PT e o PCdoB, que governam o País, compõem diretamente sua equipe de governo e foram essenciais para sua eleição. A presença destes partidos será usada para tentar iludir, para apresentar esse governo como diferente e ao lado dos trabalhadores.

Mas o novo governo já anunciou que irá tomar medidas antipáticas, em clara referência ao não cumprimento dos planos de cargos, e já tomou a sua primeira medida, antes mesmo da posse.

Como presente de Natal para os servidores do RN, a Assembleia Legislativa aprovou, com o voto do vice Fábio Dantas (PCdoB), a lei que desmonta a Previdência, unificando os fundos, permitindo que os governos utilizem o dinheiro que estava sendo guardado para garantir no futuro a aposentadoria dos servidores, e criando ainda um Previdência complementar. Dias antes, eos deputados aumentaram em quase 100% os salários do governador, vice e secretários.

Para enfrentar este novo governo, foi reativado o Fórum dos Servidores Estaduais composto pelos seguintes sindicatos: Sindsaúde, Sinpol; SINAI, Sindfern, Sinsp, Sinte e SINTERN.

Precisamos, como fizemos nos últimos anos diante de Rosalba, manter nossa categoria organizada e com um sindicato forte e independente do governo, em unidade com os trabalhadores das demais categorias, pois só nossa luta poderá garantir os nossos direitos e não pagarmos a conta da crise da economia.

DEFENDEMOS:

- *Auditoria da dívida pública estadual e suspensão de seu pagamento;*
- *Execução das grandes empresas e cobrança da dívida ativa. Auditoria nos contratos da Copa;*
- *Fim das terceirizações, manutenção dos empregos dos/as dos/as terceirizados/as com os mesmos direitos dos/as demais servidores;*
- *Aumento geral de salários repondo no mínimo perdas acumuladas entre 2010 e 2014;*
- *Valorização dos serviços públicos, do fun-*

cionalismo e de suas carreiras; Concursos públicos para acabar com o déficit;

- *Direito à aposentadoria. Pela anulação das mudanças na Previdência que prejudicaram os servidores, aposentados e pensionistas.*

1.4 - CONJUNTURA - NATAL

Carlos Eduardo (PDT) assumiu a gestão com uma situação de colapso financeiro e nos serviços públicos, herdados da desastrosa administração de Micarla de Sousa (PV). Foi eleito com respaldo político da população e até de parte do funcionalismo, que buscava saída para a resolução do caos da cidade.

Após dois anos, vimos que o prefeito se limitou a sanar questões mais urgentes como retomada da coleta de lixo, fechamento de buracos nas vias públicas e pagamento de dívidas com fornecedores. Não ouviu a voz dos estudantes e trabalhadores que tomaram as ruas de Natal em 2013 para reivindicar o passe livre e serviços públicos padrão FIFA.

Assim, como nos outros seis anos em que foi prefeito, a gestão de Carlos Eduardo contingenciou recursos para os serviços públicos e priorizou interesses empresariais, como as obras da Copa e o embelezamento do corredor turístico da cidade.

Enquanto isso, os moradores da Mãe Luíza tiveram suas casas destruídas em uma tragédia que poderia ter sido evitada e que custaria o mesmo que foi investido na Fan Fest, ali perto. Este governo ainda descumpre a lei do passe livre para os estudantes de escolas públicas municipais e amplia gastos com cargos comissionados e terceirização. Em 2015, veremos novamente lutas contra os desmandos desse governo.

.....

2 - PLANO DE DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA

Após 25 anos, na prática, a o SUS universal e estatal não se efetivou devido ao subfinanciamento e à forte presença do setor privado.

Pesquisa recente do IBGE (2013) apontou que 75% dos brasileiros utilizam exclusivamente o SUS. E os 25% que tem planos de saúde estão em maioria insatisfeitos e recorrem com frequência ao SUS.

Embora a saúde apareça como a principal necessidade da classe trabalhadora, esta não é a prioridade de governo. Ainda mais em tempos de crise econômica, as iniciativas para o setor tem sido a manutenção

do subfinanciamento, acrescido de sucessivos cortes orçamentários e ainda, a ampliação da saúde como espaço de acumulação de capital, com incentivo do governo para planos de saúde privados e terceirização da gestão pública.

De Collor a Dilma, passando por Lula, o que há é subfinanciamento e favorecimento da privatização, enquanto trabalhadores morrem sem atendimento.

Subfinanciamento

O investimento na Saúde é praticamente constante, em torno de 3,7% do PIB. Foi assim nos governos do PSDB e em 12 anos de PT (Lula e Dilma).

Já os gastos no setor privado equivalem a 4,7% do PIB, incluindo aí os com planos de saúde e odontológicos e os das famílias.

A União é quem mais arrecada no Brasil, batendo recordes ano a ano. No entanto, no orçamento federal de 2014 o governo destinou só 4,11% para a saúde, contra 42,04% para pagar a chamada dívida pública. E nem todo o Orçamento previsto é de fato executado.

No final de 2011 a Emenda 29 foi votada e aprovada, transformando-se na Lei Complementar 141. No entanto, por pressão do governo Dilma e com o apoio da base aliada (pretensamente defensora do SUS), foi retirado da lei justamente o ponto decisivo, aquele que definia o piso de gastos federais.

A recente aprovação da destinação de 25% dos royalties do pré-sal não vai resolver o problema do financiamento. A estimativa feita pela Auditoria Cidadã da Dívida é de que ela acrescentará apenas 0,4% do PIB ao orçamento de saúde em 2022, na melhor das hipóteses.

Outro obstáculo objetivo para a ampliação dos gastos com saúde pública é a famigerada LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que engessa as administrações de municípios, estados e União, colocando limites burocráticos para gastos com pessoal. O PT está no governo federal há 12 anos. Não mexeu uma palha para revogar a LRF. Manteve a DRU (Desvinculação de Recursos da União) que rouba dinheiro da Seguridade Social para pagar a dívida pública.

Privatização

Foi no governo FHC que foram construídas as bases legais para a terceirização dos serviços de saúde com a Lei 7637/1998, que regulamentou as Organizações Sociais (OS's), e a Lei 9790/1999, que regulamentou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Os governos do PT além de não revogarem estas leis, avançaram na privatização e na desregulamentação do trabalho na saúde. Em 2007, por exemplo,

foi apresentado ao Congresso o PL 92/07 para criar Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP.

Mas o principal ataque veio em 2011, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para gerir os hospitais universitários.

A EBSERH é um novo projeto para uma velha política de ataque à saúde. Intensifica a precarização do trabalho no serviço público, pois contratos são feitos via CLT por tempo determinado, acabando com a estabilidade e aumentando a rotatividade.

As subsidiárias da EBSERH seguem regras do mercado, podem captar recursos, vender serviços e aplicar os lucros no capital financeiro.

A EBSERH é um duro ataque ao que estabelece o Regime Jurídico Único (RJU). A tendência é que deixe de existir concursos públicos para os trabalhadores do setor e a contratação passe a ser feita através de processos seletivos com regime CLT, o que significa o fim da estabilidade no emprego, salários diferenciados, divisão dos trabalhadores, dificuldade em lutar por direitos, além de permitir o empreguismo e o favorecimento político.

A SAÚDE NO RN

No RN os governos vem reduzindo o investimento na saúde: caiu de 16% em 2007 para 12,9% em 2014. Mesmo estando dentro do limite constitucional, está claro que é insuficiente

Por outro lado, o que é orçado não é aplicado, pois o governo restringiu o repasse para a SESAP que deveria ser de R\$ 40 milhões gerando uma dívida de cerca de R\$ 90 milhões com a saúde. O resultado foi uma grande crise de desabastecimento afetando toda a rede hospitalar e o serviço de distribuição de medicamentos de alto custo pela UNICAT.

O resultado é a tragédia vivida pelos trabalhadores no Walfredo Gurgel, onde em 2013 morriam cerca de 200 pessoas todos os meses por falta de leitos de UTI e onde os corredores seguem lotados.

É o caso das péssimas condições em que são submetidas as mulheres durante o parto, muitas vezes ficando o período de pré-parto em cadeiras ou mesmo parindo no chão como assistimos no Santa Catarina ou duas pacientes com seus recém-nascidos dividindo um leito no Hospital da Mulher, em Mossoró.

Todo o governo de Rosalba significou desabastecimento, atraso no pagamento de fornecedores e das empresas terceirizadas, e suspensão dos repasses do Programa de Farmácia Básica aos municípios, resultando numa constante instabilidade no funcionamento de toda rede de saúde do RN.

Outra marca foi o fechamento de serviços como as pediatrias do Deoclécio Marques e Santa Catarina

e do Centro de Saúde Reprodutiva. Um constante movimento de reduzir ainda mais os gastos na saúde.

Enquanto aplicava uma política de estado mínimo para a saúde, o governo comprometeu as finanças do estado com obras da Copa, principalmente a construção do Arena das Dunas por meio de uma Parceria Público Privada (PPP) com a OAS que produziu uma dívida mensal de R\$ 10 milhões por 20 anos.

O novo governo herdou uma dívida de cerca de R\$ 96 milhões com a saúde. O novo secretário, Ricardo Lagreca, foi um dos impulsionador da EB-SERH no HUOL, estando em sintonia com a política privatista do governo federal. Assim, é possível que o SUS no RN sofra um retrocesso ainda maior com uma possível abertura ainda maior dos serviços para o setor privado ou mesmo ampliando a EB-SERH para os hospitais estaduais.

A SAÚDE EM NATAL

Em Natal o Prefeito Carlos Eduardo vem sub-financiando a saúde, enquanto investe recursos vultosos em obras que não respondem às reais necessidades de mobilidade urbana da população e no embelezamento e decoração da cidade.

A Atenção Básica está sem condições mínimas de assistência com falta de insumos e medicamentos básicos constantemente, agravando a desassistência da população e aumentando a demanda na rede hospitalar. Isso se refletiu no baixo resultado na campanha de vacinação, um dos piores das capitais.

A assistência obstétrica também está comprometida, seja pela falta de medicamentos básicos para as gestantes, seja pelo fechamento da Maternidade Leide Morais há quase dois anos, levando à superlotação das demais maternidades existentes.

Na Média Complexidade há grandes dificuldades de atendimento médico e de exames especializados e uma grande dependência do setor privado, ao mesmo tempo em que ocorre o sucateamento da rede própria e não se garante os recursos para a construção do Laboratório Municipal.

O financiamento da saúde tem uma grande dependência de recursos federais. Em 2013 o Conselho Municipal de Saúde (CMS) constatou que o Orçamento proposto na Lei Orçamentária Anual (LDO) para a saúde em 2014 sequer cobria a folha de pagamento. Na ocasião o CMS recomendou aplicar 35% das receitas na Saúde.

Na LDO de 2015 o mesmo foi constatado pelo CMS e aprovada resolução para que fossem garantidos os valores necessários para ao menos manter o que está em funcionamento, porém o Prefeito se mostrou indiferente nestes dois anos às reivindi-

cações do CMS e dos servidores organizados.

Durante o debate da LDO na Câmara em 2014 houve uma importante vitória organizada a partir dos mandatos de esquerda que aproveitando uma crise na base aliada do prefeito, conseguiu aprovar emendas para a saúde que aumentaram em R\$ 4,6 milhões a Atenção Básica e a rede hospitalar.

Toda a política de Carlos Eduardo para a saúde foi sustentada e respaldada pelo professor da UFRN, Cipriano Maia, que assumiu a SMS por dois anos. Militante do PT, Cipriano defendeu a política de contingenciamento de recursos. Esta postura ficou clara com a proposta de fechamento do Posto de Saúde do Jiqui, a falta de apoio às resoluções do CMS em favor da saúde, bem como na postura dura nas negociações das pautas dos servidores em 2013 e 2014, representando, muitas vezes, um obstáculo no avanço das negociações. Por último, o secretário protagonizou o desconto de salários de 30 dias de greve dos servidores, mesmo sem ilegalidade da greve, trazendo prejuízo financeiro e buscando desmobilizar a categoria para futuras greves.

Cipriano saiu da SMS deixando um legado bastante negativo junto aos trabalhadores da saúde, demonstrando mais uma vez que não adianta ter o discurso de defesa do SUS quando se apoia ou aceita as políticas de estado mínimo aplicadas pelos governos das elites, como é o de Carlos Eduardo Alves.

2.4 - NOSSO PROGRAMA PARA A SAÚDE

GERAL

- *Contra toda forma de privatização da saúde. SUS 100% público, estatal e de qualidade;*
- *Aumento do financiamento do SUS com 10% do PIB nacional para saúde, 25% das receitas do Estado e 35% das receitas dos municípios;*
- *Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal;*
- *Fim das terceirizações e absorção dos funcionários dessas empresas;*
- *Implantação da política de saúde do trabalhador da saúde pelos entes federativos;*
- *Por eleições diretas para direções de unidades ou serviços.*

ESTADO

- *Concurso público para saúde e convocação dos aprovados;*
- *Reabertura das pediatrias, ortopedias e do Centro de Saúde Reprodutiva;*
- *Garantia de abastecimento da rede hospita-*

lar e da UNICAT com os medicamentos de alto custo;

- *Contra o fechamento de serviços e a municipalização dos hospitais de Canguaretama, São José de Mipibu, Macaíba, João Câmara, Angicos, Caraúbas, São Paulo do Potengi e Acari;*
- *Reestruturação e fortalecimento dos hospitais regionais para evitar a superlotação dos hospitais da Região Metropolitana; Refazer o Plano Diretor Regional para dotar as 8 Regiões de Saúde a média e a alta complexidade, fortalecendo os hospitais regionais;*
- *Renovação dos equipamentos e reformas dos hospitais;*
- *Prisão e confisco dos bens dos corruptos e corruptores da saúde;*
- *Garantia dos repasses aos municípios;*
- *Construção do Hospital de Trauma, sem Parceria Público-Privada (PPP);*
- *Estatização dos grandes hospitais privados, que vivem dos recursos do SUS.*
- *Atuar como gestor do sistema estadual de saúde articulando com os municípios e os hospitais universitários o funcionamento de um serviço de saúde hierarquizado e integral;*

NATAL

- *Realizar concurso público para suprir a necessidade de 4 mil servidores;*
- *Construir unidades de saúde considerando o crescimento urbano dos últimos anos; e unidades com padrão sanitário adequado em substituição das unidades improvisadas;*
- *Reabrir unidades de saúde fechadas e reestruturar serviços destruídos: Dixsept Rosado, Maternidade Leide Morais, Centro de Saúde Reprodutiva;*
- *Construir uma rede de atendimento de média complexidade em todos os distritos garantindo a retaguarda da atenção básica;*
- *Construir um hospital geral de Natal;*
- *Garantir o funcionamento dos CAPSs e aumentar a rede de atenção à saúde mental.*
- *Pela garantia de equipamentos básicos em 100% nas Unidades de Saúde;*
- *Garantia do Atendimento pré-natal nas Unidades de Saúde e de Atendimento integral na Unidade Reprodutiva Leide Morais*
- *Fortalecimento de rede de laboratórios próprios e fim do contrato com o DNA Center*

3 - DEMOCRATIZAR O SINDICATO E FORTALECER A NOSSA LUTA NA BASE

*‘E eu me organizando, posso desorganizar’
(Chico Science)*

A estrutura sindical brasileira foi organizada para controlar e ‘organizar’ os conflitos trabalhistas. A legislação montada ainda com Getúlio Vargas transfere o poder para as direções de sindicatos, federações e centrais sindicais. As lideranças passam a ter o poder de decidir pelos demais, podendo fechar acordos com empresas ou, no nosso caso, com governos. A estrutura sindical getulista é feita para retirar o poder da base e ‘acalmar’ o ambiente de trabalho, evitando conflitos. O objetivo é que o poder seja exercido pela direção do sindicato e não pelo conjunto da categoria.

A maioria dos sindicatos e lideranças sindicais aceita de braços abertos esse poder que lhe é dado e ainda faz de tudo para manter o controle sobre a base, atacando a democracia, realizando manobras para impedir decisões com as quais discorde, etc. Acabam se afastando da categoria, distante da base.

O Sindsaúde-RN e a CSP-Conlutas lutam contra essa legislação e defendem um modelo de sindicalismo oposto, com ampla democracia e onde a base tenha poder de decisão e controle a sua direção. Por isso, nosso sindicato promove assembleias regulares e democráticas, abrimos mão do imposto sindical, e chegamos a formar comandos em algumas das greves.

Mas não é o suficiente. O Sindsaúde precisa democratizar ainda mais sua estrutura, para que de fato represente o conjunto da categoria. A democratização do sindicato fortalecerá as nossas lutas e é um passo importante para que a mobilização seja permanente, no ambiente de trabalho, e não apenas durante as campanhas salariais. Desta forma, estaremos ampliando a nossa força para lutar contra os governos e, principalmente, para colocar nas mãos da base o poder para decidir e conduzir as suas lutas.

Para os que assinam esta tese, esse é um dos principais pontos do nosso congresso.

A força dos trabalhadores organizados

A legislação trabalhista não reconhece a Organização por Local de Trabalho (OLTs). Apesar de aprovada na Constituição de 1988, o artigo sobre isso nunca foi regulamentado. Não é coincidência. Não interessa a patrões e governos que trabalhadores estejam organizados em cada local de trabalho. Uma organização desta forma, com centenas de pessoas eleitas e atuando, é uma ameaça permanente a qualquer governo, uma trincheira contra os ataques.

.....

Não por acaso, em golpes militares como o do Chile (1973) e no Brasil (1964), uma das primeiras medidas foi o desmantelamento das comissões de fábrica, com prisão de centenas de delegados sindicais.

No Brasil, os trabalhadores tiveram experiências de organização por local de trabalho, com destaque para os metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista. Todo esse legado foi desmontado, não só pelo interesses das empresas, que não queriam ver os trabalhadores organizados em seus calcanhares, mas também de direções pelegas, que (com toda razão) viam nas comissões de base uma ameaça para seus planos de conciliação e unidade com os patrões. Por isso, enfraqueceram e atrelaram as comissões de base.

Atualmente, apenas uma minoria de sindicatos possui algum tipo de organização por local de trabalho. Muitos apostam na fórmula das CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), reconhecidas pela legislação, como um espaço para organizar a luta específica por condições de trabalho

Representantes ou comissões de base?

O estatuto do Sindsaúde prevê a eleição de representantes por unidade, de acordo com a quantidade de sócios. Eleitos, estes formariam um Conselho de Representantes. A experiência chegou a ser aplicada, mas já se passaram 10 anos desde que isso ocorreu.

Achamos que é uma prioridade para a categoria retomarmos a organização de base no próximo período e queremos discutir a forma de organização. Na nossa visão, o conselho de representantes é limitado assim como os critérios para sua formação, que contam apenas os sócios para definir a quantidade de representantes de cada local.

Propomos formar comissões de base, começando nos principais hospitais e unidades, e que o atual Conselho de Representantes (previsto no estatuto) se transforme no Conselho de Comissões de Base, com reuniões periódicas, superior a diretoria.

Não achamos que seja algo simples criarmos e mantermos as comissões. Encontraremos dificuldades, como repressão e até o nosso tempo escasso, que é tomado por uma jornada de trabalho desumana. Mas achamos que é possível e necessário.

Uma primeira experiência começou a ser feita na Unicat Natal, após a greve. A comissão de base foi criada em dezembro, eleita em votação direta pelos servidores, e já publicaram um jornal próprio.

Das lutas específicas às lutas gerais

Nas fábricas, nas empresas, o objetivo de uma organização de base é coordenar a resistência contra a exploração capitalista e disputar o controle da

produção. No nosso caso, as comissões de base podem assumir um papel importantíssimo, de resistência à precarização, à sobrecarga de trabalho, à falta de condições de atendimento. É na base, em cada setor, que os trabalhadores sentem os reflexos imediatos do descaso dos governos. É onde a exploração acontece.

Nossa luta não é apenas pelas reivindicações principais, as que atingem toda a categoria, como reajustes e planos de cargos. Em cada local de trabalho, temos que exigir condições de trabalho, alimentação, novos servidores, escalas justas, jornadas, manutenção e ampliação dos serviços à população, etc.

O assédio moral é um dos principais problemas. Grande parte dos gestores e chefes, em vez de garantirem condições de funcionamento, preferem resignar-se, e trabalhar dentro do que *'é possível'*. Desta forma, transferem a responsabilidade para os servidores, nos obrigando a trabalhar em cenários de guerra. Para isso, recorrem a pressão, ameaças, gritos, remanejamentos, e ao uso de escalas e eventuais como formas de controle e chantagem.

Com a crise da economia, a tendência é que a situação se agrave em cada um de nossos locais. Cada vez mais seremos chamados a trabalhar em dobro, a virar plantões, a conviver como pacientes nos corredores e outras situações inaceitáveis como parte da rotina. Desta forma, as comissões de base assumem também a linha de frente da **denúncia da crise da saúde**, mostrando para a população a realidade que os governantes insistem em maquiagem.

Na hora das greves, das lutas gerais, as comissões de base cumprem um papel importantíssimo, organizando a luta. Estaremos mais fortes, a partir das lutas específicas, para travar o combate com os governos e a defesa da saúde pública. Quanto mais trabalhadores organizarmos, mais forte o sindicato será, mais força terá para levar adiante as suas demandas. Isso é fundamental para a potencialização da capacidade de luta dos trabalhadores.

Relação com a diretoria

Não queremos que as comissões sejam *'braços'* do sindicato nos locais de trabalho, subordinados à diretoria. Propomos que as comissões de base sejam parte do sindicato, mas autônomas da direção do sindsaúde. Na prática, estas comissões serão a representação direta dos trabalhadores de sua unidade, exercendo a democracia direta, com assembleias e reuniões locais.

Isso significa transferir o poder e democratizar o sindicato, assegurando o controle pelos trabalhadores das decisões e encaminhamentos que são adotados nas lutas. Da mesma forma, o Conselho de Comis-

sões de Base também é parte do sindicato, mas não só com autonomia, mas superior à diretoria.

É papel da direção do sindicato acompanhar as comissões e apoiá-las, garantindo formação política e condições para que exerçam a representação. Transferir o poder não significa enfraquecimento da nossa luta. Isso porque o sindicato somos todos nós.

DEFENDEMOS:

- *Formação das comissões de base, autônomas da diretoria.*
- *Formação do Conselho de Comissões de Base, superior à diretoria, substituindo o atual Conselho de Representantes (mudança no estatuto).*
- *Apoio às comissões de base, com formação política e combate à qualquer tipo de perseguição aos ativistas.*
- *Eleição de comandos durante todas as greves, em assembleia.*
- *Campanha contra assédio moral (palestras, cartilhas) tendo as comissões de base também como instrumentos para denúncias.*
- *Ampliação das reuniões e palestras nos locais de trabalho e elaboração de pautas específicas de luta.*

CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO

A estrutura sindical afasta os melhores ativistas da base, e estes passam ter uma realidade diferente, longe do local de trabalho. Isso, somado ao acesso ao patrimônio do sindicato (carros, etc) é um caminho aberto para que os diretores se burocratizem.

A atual diretoria foi eleita combatendo e denunciando a burocratização do sindicato e o controle excessivo na mão de poucas pessoas. Junto ao trabalho de base, é preciso um combate permanente contra a burocratização, para evitar que os erros que ocorrem na maioria dos sindicatos se repitam.

O primeiro passo é a meia-liberação dos diretores. Hoje usamos três liberações integrais no estado e duas no município de Natal.

Propomos que estas liberações sejam divididas, em liberações de 20 horas, permitindo que os diretores liberados possam conciliar o tempo ao sindicato com o trabalho, junto a seus colegas. Essa proposta foi negada pela Sesap e propomos que seja feita novamente ao atual secretário, apoiada pelo nosso congresso. Desta forma, estaríamos aproveitando uma conquista dos trabalhadores, que é a liberação sindical para organizar a luta, e mantendo os principais diretores parte de seu tempo na base, trabalhando.

A luta contra a burocratização é permanente e caminha lado a lado ao fortalecimento da presença do sindicato na base.

DEFENDEMOS:

- *Alteração na forma de liberação, com meia-liberação (1/2 sindicato, 1/2 trabalhando);*
- *Uso do tempo de liberação para presença na base; Controle do tempo dos liberados;*
- *Continuidade e ampliação dos cursos de formação política contra a burocratização;*
- *Controle do uso dos recursos do sindicato, com criação de regimento específico;*
- *Transparência nas finanças, com prestação de contas bimestral e publicação em jornal;*
- *Mudança no estatuto, desvinculando o Conselho Fiscal da chapa de diretores;*
- *Fim dos delegados natos ao Congresso do Sindsaúde (diretores).¹*

.....

4. BALANÇO

Assumimos a gestão do sindicato no final de fevereiro/2013, com mais de 70% da diretoria sem nenhuma experiência sindical. E com uma missão clara, recolocar o Sindsaúde de volta ao caminho da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, e fomos sem sombra de dúvida nesses dois anos o incômodo e o calo no sapato dos governos.

Nosso sindicato enfrentou o governo Rosalba, Carlos Eduardo e prefeitos do interior, e que contou com a participação efetiva da base dos trabalhadores da saúde. A diretoria encaminhou e organizou as lutas necessárias para garantir as conquistas dos direitos dos trabalhadores.

Muitas lutas ocorreram em caráter nacional, estadual, municipal e estivemos presente construindo junto com o conjunto da classe trabalhadora, como: as mobilizações de junho, julho e agosto de 2013, as mobilizações contra os gastos da copa. Participamos e construímos as atividades organizadas pela CSP Conlutas, do encontro estadual e o Encontro Nacional do MML – Movimento Mulheres em Luta, movimento filiado à CSP Conlutas, que tem como objetivo organizar as mulheres trabalhadoras.

¹ERRATA: O estatuto atual não prevê que os diretores sejam delegados natos. Logo, este item deve ser desconsiderado.

Em agosto tivemos a nossa primeira greve contra o governo Rosalba, greve histórica, que durou 34 dias, uma das mais fortes que a categoria já fez. Houve muitas atividades de rua marcadas por ampla visibilidade na imprensa e apoio popular, a vigília com as velas que simbolizava a quantidade de mortes no Walfredo Gurgel foi muito impactante.

A boneca “Robalda” foi o marco da greve. Fizemos atividades radicalizadas, como ocupações na SEARH, na CAERN e na SESAP e o acampamento em frente à residência oficial da governadora, por 14 dias. Uma das dificuldades foi a não interiorização da greve. As direções regionais não construíram a greve no interior, resultando com que ocorresse com grande intensidade apenas em Natal.

Tivemos uma grande vitória política que foi desgastar o governo e fazer com que tivesse mais de 90% de rejeição. E mesmo em plena greve, fomos os impulsionadores da campanha pelo Fora Rosalba, e, depois, pela entrega do pedido de impeachment.

No município de Natal tivemos uma greve que durou 43 dias. A categoria estava como muita disposição realizando muitos atos, passeatas, nas ocupações e nas assembleias. O marco foi o COMANDO DE GREVE que organizava e elaborava as propostas do movimento.

No interior, houve greve em Parnamirim e Mosoró e mobilizações em vários outros municípios como: Macau, Extremoz, Canguaretama e outros.

Em 2013 cumprimos um papel importante na construção da unidade com as outras categorias para enfrentar os ataques dos governos estadual e municipal, com atos unificados, o que se repetiu em 2014, na luta contra a reforma da Previdência no final do ano e na reorganização do Fórum Estadual de Servidores.

Em 2014 com mais uma greve do Estado conseguimos arrancar o cumprimento do compromisso feito na greve, com a correção de erros na tabela salarial, resultado de acordo feito pela direção anterior.

No aspecto econômico conseguimos correções na tabela salarial do PCCR dos servidores estaduais, que variou entre 8,5 a 21%; paridade dos salários dos aposentados com os ativos que estavam congelados desde 2010; a garantia na lei da Jornada Especial e GAE para os servidores dos hospitais municipalizados; Retorno da Vantagem pessoal para o Nível Superior que havia sido retirado em 2013.

Em setembro, a greve da UNICAT motivada pela mudança da jornada de trabalho dos servidores durou 45 dias. Foi uma greve difícil, política e radicalizada, com atos, manifestações de rua e cortes nos salários. O movimento revelou a crise de desabastecimento de medicamentos que vivem os hospitais e teve muita

repercussão na imprensa. Houve enfrentamento com direção da unidade e o secretário de saúde. Tivemos também a auto-organização dos trabalhadores com um comando de base local. Avaliamos como um movimento vitorioso política e economicamente: conseguimos a devolução dos salários, abono das faltas e metade da jornada de trabalho que reivindicamos e principalmente o respeito dos usuários e dos colegas, comprovado na eleições da comissão de base.

Outra luta importante foi pela convocação dos concursados. Nossa pressão política, com reuniões e atos, contribuiu para que o governo convocasse os aprovados mesmo depois de encerrado o prazo. A quantidade de convocados está longe de ser a necessidade, porém consideramos uma vitória a convocação.

No município de Natal o Sindaúde dirigiu uma nova greve que durou 59 dias e, pela intransigência do governo, chegou até a Copa do Mundo. Ficamos acampados 11 dias em frente à prefeitura, que só saímos mediante ação judicial. Denunciamos a crise da saúde municipal, em meio aos gastos com a Copa. Esta greve além dos ataques do governo, do Sinsenat e Sindas, sofreu a criminalização por parte da justiça do trabalho e MP, e, em seguida, o corte dos salários.

Retomamos a luta dos agentes de saúde e de Endemias que tinha sido abandonada pela direção anterior, garantimos caravanas dos agentes a Brasília para pelo piso salarial. Infelizmente tivemos uma derrota que foi a perda da representatividade para o SINDAS.

Também houve greves em Parnamirim, Afonso Bezerra, Brejinho e Extremoz, assim como processos de mobilizações e lutas em outros municípios.

Infelizmente não conseguimos desenvolver um trabalho organizado com os trabalhadores terceirizados, atuamos mais quando ocorrem problemas de não pagamentos de salário e com foco mais localizado no HWG. Para nós é um ponto negativo, pois é um dos setores mais explorados. Precisamos retomar a discussão de representatividade neste setor.

Um dos aspectos negativos foi a nossa dificuldade em acompanhar as regionais, isto ocasionado por alguns motivos que foram: apenas três diretores liberados para o estado todo, afastamento de uma parte considerável de diretores por motivos diversos, ocasionando uma sobrecarga nas tarefas.

No aspecto administrativo, recebemos o sindicato da direção anterior com dividas: R\$ 150.000 à outros sindicatos geradas pela realização de eleições; e mais de 50.000 com a CSP Conlutas Nacional, por atraso de vários meses na mensalidade.

Reforçamos a assessoria jurídica, hoje temos 5 advogados trabalhistas em Natal. Contratamos advogados pra Regional de Pau dos Ferros e Caicó e

mantemos a assessoria em Mossoró ampliando pra os municípios próximos. Assim como temos plantões semanal na regional de Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante, João Câmara e região. Sendo assim, hoje contamos com 08 advogados trabalhistas e 01 Civil.

Hoje existe funcionamento regular da direção estadual e da executiva. As decisões são descentralizadas, e todos os diretores têm direitos e deveres.

Afirmamos que apesar de debilidades, frente aos acontecimentos que a realidade nos impôs, temos a convicção que cumprimos o nosso papel de independência política frente aos governos e construindo um sindicato que luta e não se rende aos ataques. Com certeza há muito que fazer.

.....

5. PLANO DE LUTAS:

A luta por melhores salários não pode estar dissociada da luta pela garantia de uma saúde pública e de qualidade para a população. Desta forma, toda a luta dos servidores da saúde é, em primeiro lugar, em defesa da saúde pública, defendendo um programa, como o que apresentamos no ponto 2.4 desta tese.

REIVINDICAÇÕES ECONÔMICAS:

- *Reajuste salarial com igualdade de tratamento;*
- *Isonomia entre os trabalhadores da mesma categoria, cargos e mesmos níveis do PCCR;*
- *Isonomia Salarial para todos os servidores ativos, aposentados;*
- *Jornada de 30h para a Enfermagem sem redução salarial;*
- *Implantação automática da progressão por tempo de serviço sem avaliação de desempenho;*
- *Calendário de pagamento dentro do Mês para todos os servidores ativos e inativos;*
- *Atualização e pagamento das dívidas do IP-ERN e de precatórios;*
- *Alteração da Lei estadual do Auxílio Transporte;*

- *Revisão da Lei da Gratificação de Produtividade para os servidores estaduais;*
- *Reformulação do PCCR como: Ampliação de 16 para 20 níveis na tabela do PCCR; Extensão da Gratificação por localização Geográfica para níveis elementar e médio;*
- *Manutenção da Jornada Especial para todos os servidores estaduais com 40h;*
- *Revisão da proporção salarial entre os cargos para os servidores*
- *Implantar GEAON, GEAUE, adicional de insalubridade e noturno (Natal);*
- *Implantação do percentual de 20% para todos servidores de Natal;*
- *Revisão do percentual de insalubridade dos que recebem 20% (Natal);*
- *Implantação do vale refeição para os servidores com dois expedientes;*
- *Pagamento imediato da ação judicial em execução dos R\$ 50,00 dos ACS e ACE (Natal)*

REIVINDICAÇÕES SOBRE PROCESSO DE TRABALHO E GESTÃO DE PESSOAS:

- *Concurso público no Estado, Natal e Municípios; Convocação dos concursados do Estado do cadastro de reservas;*
- *Implantação da Tabela de Qualificação Profissional conforme e a reformulação da Lei 333/2006;*
- *Garantia de aplicação dos recursos do FITEC para realização de cursos de capacitação profissional nas unidades, com gerenciamento dos recursos por um conselho com a participação dos servidores;*
- *Lutar pela Garantia do direito às Licenças Prêmio (Revogação do Decreto de Rosalba);*
- *Lutar pela garantia do adicional de insalubridade para todos os profissionais de saúde;*
- *Lutar pela aprovação de projeto de Lei estadual de combate e ao Assédio Moral;*
- *Aposentadoria e Auxílio-Doença integral;*
- *Garantia do retorno dos servidores municipalizados ao seu órgão de origem;*
- *Segurança em todas as Unidades de Saúde;*

ASSINAM A TESE DEMOCRACIA E LUTA:

DIRETORES ESTADUAIS: HWG - Ângela Ramos, Egídio, Lúcia e Rosália; HSC – Adriana Sousa, Fátima e Simone Dutra; NATAL - Célia Dantas, Paulo Roberto, Jefferson; HJM – Ismael; RUI PEREIRA – Suetânia; SAMU – Paulo Martins; Hosp. CARAÚBAS – Ritinha; HMAF – Edgard; CRI – Jamille; HRTM – João Moraes; MACAU – Edineide; SANTANA DO MATOS / HWG – João Assunção. H.R. PAU DOS FERROS: Edneudo
UNICAT: Agliberto, Elizabete, Junior, Josane, Paulo; **HSC:** Andréia, Natalice, Natalia e Suely Gomes; **HGT:** Breno, Ana Cristina e Gracilene; **HMAF:** Marlene e Lourdes Mendes; **HWG:** Edineide Amorim, Lucinete, Maria das Vitória, Leonardo, Sonia Suely, Soledade e Paixão. **RUI PEREIRA:** Nady Castro e Sandra Mafra. **HJM:** Gustavo Lino **NATAL:** Luciara Patrícia (Mat. Quintas), Kátia Cilene (Dist. N II - NSA), Lucineide Siva (UMFC), Maria Lemi (Nordelândia), Rejane (USF Igapó), Flávio Gomes (PSI Sandra Celeste), Andrea Alexandre (PSF Nova Natal) Ilka (Sandra Celeste/M. Leide Moraes) **SAMU Metropolitano:** Aécio, Paulo Soares, Zé Maria **PARNAMIRIM:** Maternidade Divino Amor - Henrique Pessoa e Mirgues. **LACEM:** Josimar **REGIONAL MOSSORÓ:** Jussirene e Géssia **REGIONAL SANTA CRUZ:** Franklin Henrique **REGIONAL PAU DOS FERROS:** Edson e Milliam. **REGIONAL S. G. DO AMARANTE:** Júnior, Elineuza, Fátima **CERRO CORÁ:** Glorinha **ASSÚ:** Alfredo **JANDEIRA** - Angela Pereira

Tese 2

**Corrente
Proletária
na Saúde**

TESE DA CORRENTE PROLETÁRIA NA SAÚDE

1. CONJUNTURAS

INTERNACIONAL

1. A permanência das tendências recessivas mundiais assinala o caráter estrutural da crise de superprodução. A interdependência entre os países e o mercado mundial impossibilitou encarcerar a crise dentro das fronteiras nacionais. Começando no centro do capitalismo mundial, em 2008, rapidamente espalhou-se no mundo todo. Todos os países foram abalados pela crise, ainda que não com o mesmo ritmo de desenvolvimento. O leve crescimento económico nas potências observado após a eclosão da crise esteve alicerçado pela intervenção dos Estados para proteger o capital financeiro e os monopólios. Tratou-se de medidas que visaram a proteger o parasitismo financeiro e a reabilitação dos artifícios fiscais. Os enormes acúmulos de riquezas alcançados no pós-guerra permitiram, assim, enfrentar transitoriamente a crise. Porém, não teve como modificar o quadro geral de estagnação da produção e do comércio mundial.
2. A queda do crescimento na China, a retração no Brasil, Rússia, Índia e África do Sul, o pequeno crescimento dos EUA e a estagnação na Europa assinalam que a economia mundial não conseguiu superar as contradições colocadas pela crise. Essas estão dadas pela gigantesca concentração de capital financeiro, industrial e comercial sob a forma dos monopólios concentrados e centralizados pelas potências. Essa relação social (produção social e apropriação privada) constitui-se um obstáculo para o desenvolvimento harmônico das forças produtivas sociais (força de trabalho e meios de produção). As fronteiras nacionais comparecem estreitas para o volume dos valores criados e que já não conseguem ser aplicados maciçamente na produção social e no crédito. Trata-se do choque das forças produtivas com as fronteiras nacionais e com a propriedade privada monopolista. Nos marcos de estagnação da economia mundial, essas relações e contradições obrigam aos Estados a expressá-las pela via da destruição de forças produtivas e da intensificação na exploração dos mercados e da força de trabalho. Isto é, pela via da barbárie social.
3. O quadro mais geral é de retração da indústria, do comércio e de aumento dos desequilíbrios internos dos Estados nacionais. A intervenção dos governos visando a proteger os monopólios da quebradeira resultou em fabulosa transferência de recursos das massas aos bolsos dos capitalistas, em nova concentração e centralização de capitais. Potenciaram-se nesse quadro as medidas reacionárias e os ataques da burguesia às massas. Os governos são empurrados a atacar ainda mais a força de trabalho, e a restringir as liberdades políticas das massas em geral. O conjunto das nações ficou mais pobre, mais carregado de dívidas e comprometido a intensificar as condições da exploração do trabalho assalariado por várias gerações. Potenciam-se, assim, as convulsões internas.
4. Podemos destacar também o fracasso da União Europeia (UE) que em seu início serviu para aliviar as forças produtivas bloqueadas. A calma não durou muito tempo e o campo de ação dos monopólios europeus logo se estreitou. Mantendo a lógica capitalista a UE explorou mais intensamente os velhos mercados os desgastando. As forças produtivas europeias alcançaram um alto grau de internacionalização, mas as burguesias monopolistas que as concentram e as centralizam encontram-se divididas nos marcos dos Estados nacionais. Essas contradições, agravadas pela crise capitalista que eclodiu em 2008, potenciaram os choques das forças produtivas com as fronteiras nacionais. A unidade econômica pressupunha superar as desigualdades no desenvolvimento capitalista dos países da UE. Mas, ao contrário, as desigualdades entre as potências francesa e alemã se aprofundaram diante do restante dos países mais débeis (Itália, Espanha, Portugal, Grécia, etc.). A UE concluiu em quebra e maior subordinação dos países mais débeis. A crise empurra o imperialismo europeu ao intervencionismo nos conflitos nacionais, nas disputas dos mercados e das fontes de matérias-primas.

5. A crise de 2008 iniciou-se com potencialização das contradições internas e externas do capitalismo norte-americano. As bases dessas contradições residem no gigantesco acúmulo de capital financeiro que não acha um campo para sua maciça aplicação. A restauração capitalista na Rússia e na China, assim como o novo ciclo de crescimento e de endividamento mundiais que resultou desse processo, abriu numa válvula de escape transitória. Com o posterior estreitamento dos mercados e levantamento de barreiras comerciais, esse mecanismo se esgotou. O aprofundamento das barreiras alfandegárias impostas pelos EUA às importações, as sanções económicas contra Rússia e a China, os rumos do armamentismo e da modernização do arsenal nuclear, o crescimento do volume dos fundos destinados a financiar as operações militares norte-americanas ou de seus aliados, e o aprofundamento do intervencionismo, de conjunto, espelham os rumos traçados pela burguesia norte-americana para sair do impasse. Foi assim que as pressões da crise capitalista colocaram a potência no centro das intervenções imperialistas no Leste Europeu e no Oriente Médio, e no centro da guerra comercial na África e na Ásia. A burguesia norte-americana constitui o carro-chefe do intervencionismo imperialista e das lutas pelas fontes de matérias-primas. Revitaliza-se a tese da IV Internacional que assinalou os EUA como a principal força contrarrevolucionária mundial.
6. A China, principal motor da retomada econômica do período anterior, constitui hoje um dos fundamentos do agravamento das tendências da crise capitalista mundial. O seu extraordinário desenvolvimento econômico só foi possível com base na penetração imperialista tendo na condução o capital monopolista que de um lado proporcionou o crescimento das exportações e importações e por outro lado aprofundou sua independência com o comércio mundial. A busca por matéria primas e por mercados a coloca em choque com os interesses das imperialistas. A intensificação desses choques somados com a necessidade, que o imperialismo tem, de aprofundar seu intervencionismo na China torna necessário aumentar o cerco bélico. Os Estados Unidos na Ásia, através do Japão, da Coreia do Sul e da Austrália, tem montado sua ofensiva comercial dos monopólios na Ásia e na África contra interesses econômicos vitais da China, indica que o imperialismo norte-americano continua em rota de colisão com a China.

A NOVA FASE DO REFORMISMO NACIONAL, SEGUNDO MANDATO DE DILMA/PT

1. O XI Congresso do SINDSAÚDE/RN acontece em uma conjuntura de aprofundamento da crise econômica onde o capitalismo joga milhões de trabalhadores no desemprego e outros milhões no subemprego ou trabalho informal. Após a crise de 2008 presenciamos os Estados sendo obrigados a protegerem o capital financeiro e os monopólios, transferindo altas quantias de recursos para os cofres dos capitalistas. As nações ficaram mais endividadas e jogaram o peso dessa crise sobre os assalariados.
2. O novo mandato de DILMA/PT tende a se submeter mais ainda as pressões imperialistas. O governo petista elevou a dívida pública, despejou recursos para o capital industrial, impulsionou o PAC, promovendo obras gigantescas, voltou a elevar a taxas de juros (Selic). Esse conjunto de gastos, sem que o Tesouro tivesse recursos, empurrou para cima a dívida pública. Ou seja, subsidiou o quanto pode o capital imperialista. No entanto, não foram suficientes para sustentar a taxa de crescimento do país. O governo do PT fracassou em seu “desenvolvimentismo”. A estagnação se instalou próxima da recessão, os impostos se encolheram, os subsídios fiscais aos grandes capitalistas subiram, a dívida pública avançou, faltou um excedente para pagamento dos juros (déficit fiscal), as demissões na indústria voltaram, a inflação ascendeu, Dilma nas eleições esteve perto de ser posta para fora do Palácio do Planalto e o PT excomungado de vez por corrupção e incapacidade. Esse resultado dita as condições de governabilidade ao governo eleito, mas politicamente derrotado pela oposição burguesa.
3. O fracasso do “desenvolvimentismo” petista mostra que a política a ser tomada nesse próximo governo será a dos “rentistas”. O que quer dizer que Dilma vai deixar de lado a esquerda petista e seus séquito acadêmicos. Em seu primeiro mandato procurou seguir com a via dos subsídios e do endividamento do

Tesouro, mas isso chegou ao fim da linha. Agora Dilma capitula diante do “programa” da oposição. Pôs de lado os Mantegas e ergueu os Levys. A coluna vertebral da política econômica se assenta no pagamento dos juros da dívida pública, doa a quem doer, Joaquim Levy prometeu cortar na carne e se preciso no osso. Essa política voltada ao capital financeiro só implicará em aumento do desemprego empurrando de vez o país na recessão. Os milhões de explorados que confiaram na campanha do PT agora iram sentir na pele todos os efeitos do peso da crise mundial que os governos burgueses e os capitalistas jogam sobre os ombros das classes exploradas.

4. É nesse quadro de crise internacional que Dilma/PT governa seu segundo mandato. Terá de se submeter ainda mais às exigências do capital financeiro, implementar medidas como: 1) aprovar a lei que regulamenta as terceirizações; 2) aprovar novas normas sobre a demarcação de terras indígenas que protejam os exploradores; 3) a previdência e o salário mínimo poderão ser objeto de revisão contrária aos interesses de milhões de trabalhadores e aposentados; 4) a reforma política exigirá dos partidos burgueses e do governo um acordo de base, que implique novas cláusulas de barreira antidemocráticas. O segundo mandato de Dilma/PT terá de se ajoelhar ainda mais aos ditames das potências imperialistas e ao jogo político das frações burguesas e oligarquias.
5. O proletariado e demais explorados serão chamados a defender o governo contra uma possível crise política e o avanço da crise econômica. Não há como unificar as bandeiras dos explorados e exploradores. A tarefa para o próximo período consiste em defender a independência de classe do proletariado em torno de um programa de reivindicações que una a defesa dos interesses elementares e imediatos dos explorados à luta pela destruição do capitalismo, ou seja, pelo socialismo.

A CRISE NA SAÚDE NO RN E AS PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

6. O RN convive com uma crise geral na saúde pública. Cada governo que entra tem sua contribuição para a destruição e sucateamento dos serviços público, principalmente a saúde e a Saúde. Os projetos e propostas apresentados são continuidade dos programas do governo federal, com justificativa de melhoria na saúde. A destruição da saúde pública é a porta de entrada para o avanço do setor privado. Presenciamos frente ao sucateamento da saúde pública o fortalecimento do sistema privado, utilizando do artifício da saúde complementar, das terceirizações, contratações de serviços, de pessoais e de equipamentos para retirar recursos do Ministério da Saúde que poderia ser gastos na resolução dos problemas da saúde pública.
7. O retrato do caos da saúde é assustador. A falta de medicamentos, insumos, reagentes para laboratório, leitos em clínica médica, UTI's, pediatrias e ortopedias fazem com que as macas se amontoem nos corredores dos hospitais do estado sem a mínima condição de assistência a saúde. Sem falarmos da falta de profissionais, em nossas greves denunciemos a necessidade de cerca de 2000 profissionais de saúde. Os óbitos chegam ao número de 200 por mês só no principal hospital no HWG. Na atenção básica o quadro não é diferente, postos de saúde sendo fechados ou funcionando em condições precárias. Ficha de atendimento ofertado para a população insuficiente para a demanda dos bairros impossibilitando o acesso à saúde. As equipes dos PSF estão sobrecarregadas sem as condições para cobrir sua zona de assistência. Doenças, como a dengue, ameaçando se tornar uma epidemia, campanhas de vacinação que nunca alcançam suas metas compõem o quadro de descaso e fracasso do sistema de saúde no Estado.
8. No meio da crise do capitalismo e da necessidade de investimento na infraestrutura do Estado para sediar para a copa mundo em Natal o governo Rosalba/DEM em socorro aos grandes capitalistas e empreiteiras e arquiteta um pacote de ataques aos servidores e a saúde pública. E como bom lacaio que é, o secretário de saúde Luiz Roberto, executa de imediato todas as deliberações a começar como ponto eletrônico; a diminuição das equipes de trabalho sobrecarregando mais ainda o servidor; retirada de direitos conquistados; salário defasados de miséria, fechamento de serviços (pediatria), municipalização de hospitais nos interiores, instalação de câmeras de vigilância nos hospitais, ampliação da terceirização, desabastecimento geral de medicamentos e insumos, contratos milionários com

cooperativas e capitalistas da saúde e etc. Esses últimos 4 anos foram de luta e de ataques onde os trabalhadores da saúde e a população explorada deve tirar como lição que só a luta pelo método da ação direta (greves, ocupações, manifestações, etc) garantirá a defesa da saúde pública e gratuita, o que passa também pela destruição de todo sistema privado de saúde.

9. O governo de Robson Farias/PDT/PT/PCdoB diz está aberto ao diálogo com as categorias, no entanto não podemos nos enganar. Seu histórico mostra de onde veio que foi das entranhas das oligarquias estadual, co-responsáveis pelo atraso de nosso Estado. Para a Corrente Proletária na Saúde o caráter de classe desse governo está muito claro. Governará para os capitalistas, portanto precisará atacar os trabalhadores. Seus aliados, o PCdoB e PT, ou seja, a burocracia traidora e governista que dirigem os sindicatos com o objetivo de engessar a luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses já mostraram que classe defende e se colocam a disposição dos grandes capitalistas. Portanto, não devemos entrar no discurso de que é um governo novo e muito menos que o estado está quebrado e, por isso não poderá atender as campanhas salariais das categorias, ou a defesa dos serviços públicos. Ainda mais quando a equipe de transição sentou com os organismos imperialistas (empreiteiras, Banco Mundial, etc) e reafirmou o compromisso de que atenderá todos os acordos firmados por Rosalba/DEM e anunciou “medidas antipáticas” aos servidores, que em outras palavras será a continuidade dos ataques deferidos pelos demais governos.
10. Como se vê, o próximo período será de agudização da crise. Os trabalhadores não podem dar nenhuma trégua ao governo de Robson de Farias. A garantia de nossas conquistas e manutenção de nossos direitos deverão ser conquistados com a nossa luta. Exigir das direções sindicais a convocação imediata de assembleias para definirmos nossa pauta da campanha salarial, não se baseando em orçamento do estado, mas na garantia de vida dos trabalhadores e defesa dos serviços públicos. A Corrente Proletária/POR destaca que essa luta tem que passar dos limites econômicos e envolver todos os que precisam dos serviços públicos, por isso é importante a constituição de comitês de luta para responder aos ataques dos governos.

2. BALANÇO DO SINDSAÚDE/RN

1. Nessa conjuntura de luta a direção do SINDSAÚDE (PSTU e Independentes) se mostra sem rumo. Apesar de varias greves (Estado e municípios) tivemos poucas ou nenhuma conquistas. No Estado, iniciamos em 2013, uma das maiores greves que o RN já viu. Nossa pauta tinha 19 pontos de reivindicações, porém saímos apenas com um acordo de greve que dizia atender apenas 5 pontos e uma comissão paritária que mais serviu para dá tempo ao governo. Além dessa greve foram necessárias mais duas greves para que o acordo rebaixado fosse executado. E o que podemos dizer das respostas do sindicato aos ataques efetuados pelo governo Rosalba/DEM, sobre a categoria e a saúde pública? A partir de uma caracterização da direção do sindicato (PSTU e Independentes) como uma direção eleitoral, onde coloca os interesses eleitorais acima dos interesses de classe. Uma burocracia de esquerda, que critica os governos, no entanto não se dispõe a organizar os trabalhadores ou fazer dos sindicatos e centrais um instrumento de enfrentamento com o governo. O que vimos foi o sindicato sendo utilizado como instrumento eleitoral.
2. Frente a essa caracterização vemos uma burocracia sindical de esquerda no sindicato, que não tem respondido à altura aos ataques dos governos, que só luta porque a categoria a tem empurrado para as greves. Durante os atos de greve o que ouvíamos constantemente era os gritos pelo “Fora Rosalba”, “Fora Luiz Roberto” e tantos outros “fora”, que na realidade não tirou ninguém. E assim que o ânimo da categoria esfria a direção apareceu com a proposta de “Estado de Greve”, “Suspensão de greve até o final da copa”. Outro método utilizado para a desmobilização da greve foi as reuniões da direção do SINDSAÚDE com os comandos de greve, com objetivo de fechar com uma linha política para defender o fim da greve. Boicote e sabotagem das atividades nas quais não tinham acordo foram transformados

em atividades pacíficas, a exemplo do ato radicalizado que foi tirado em assembleia geral na ASSEN (19/ago/2013) e foi transformado em um acampamento no meio da rua por quase 15 dias, ou ainda, a aprovação da ocupação da SESAP que foi transformada em nada mais que uma “ocupação” dos corredores do prédio que manteve o funcionamento normal do local. As atividades mais radicalizadas que tivemos deve-se ao instinto de luta da categoria apenas. A direção tenta transformar derrotas em vitórias, quando a categoria ainda tinha disposição de luta. Um grande sinal de falta de unidade foram às greves separadas (estado e município de Natal). Os governos se unificam para nos atacar e em um mesmo sindicato temos greves separadas quando precisamos derrotar de conjunto os ataques dos governos. Para nós não justifica a fragmentação da luta, pelo contrário, a unidade nos fortalece.

3. No RN, o SINDSAÚDE/RN dirigido pelo PSTU, apesar de falar de boca que não confia na justiça nem no parlamento burguês, o que vemos em suas ações é totalmente o contrário. E por isso mantém as ilusões da categoria na política burguesa colaborando assim, para nutrir a esperanças em um governo dos trabalhadores dentro do sistema burguês. Diante do governo (Rosalba/DEM) opressor, que atacou e aprofundou a destruição da saúde pública, a direção do SINDSAÚDE (PSTU e Independentes) desenvolveu uma tática de “luta” que visava unicamente desgastar eleitoralmente e fortalecer a candidatura do PSTU, secundarizando as reivindicações da categoria, quando deveríamos está chamando a unificação dos movimentos, convocando amplas plenárias ou até mesmo congressos com todas as categorias em luta. A direção do SINDSAÚDE chama de unidade sentar com um bando de burocratas governistas como os do PT e fazer reuniões. A divisão do movimento é resultado da crise de direção que vivemos e para superarmos essa fase devemos realizar plenárias, e congressos unificados pela base construindo assim uma direção revolucionária que esteja a altura de encarnar as reivindicações imediatas e transitórias dos movimentos. A falta de unidade nas diversas lutas de trabalhadores da saúde em todo o Estado serve aos prefeitos e governo. Isso abre caminho para derrota da categoria. Os interesses são os mesmos embora com suas particularidades. A crise na saúde é geral e os governos do federal, passando pelos estaduais e municipais atuam de forma centralizada para aplicar as medidas antinacionais e antipopulares. A resposta dos trabalhadores da saúde deve ser a defesa incondicional da unidade, com planos de lutas unificados, para derrotar de conjunto as políticas dos opressores. As direções sindicais se negam a defender a unidade.
4. Por fim somos contra a cooperativa de crédito que o SINDSAÚDE faz parte, defendemos que se rompa imediatamente com essa cooperativa que retira o dinheiro das lutas e contribui para o endividamento dos servidores. Criticamos a Direção do sindicato por não romper com essa cooperativa, mesmo se dizendo contra, se esconder por trás da decisão da categoria e se omitindo de fazer o combate político a esse desvio do papel do sindicato. Enquanto se ocultam por trás do argumento de que é em respeito à decisão da categoria, em outras situações já tomam medidas onde a categoria deveria ter sido consultada e não foi. O exemplo das demissões dos advogados, critérios para participação em atividades de formação, ampliação do quadro de funcionários, etc. Não podemos usar os mesmos métodos que usam os governos e direções sindicais governistas de apadrinhamento político, ou seja, de contratações de acordo com a bandeira política que levanta. A assembleia deve sim ser consultada.
5. A Corrente Proletária/POR diante da nova situação política chama a todas as forças políticas que se dizem de esquerda a responder aos ataques dos governos à vida das massas. Será preciso construir uma frente única de luta, que tenha por base as reivindicações fundamentais dos explorados e que atuem com os métodos da ação direta, da luta de classes. As classes exploradas devem se unificar sob uma plataforma de luta que defenda suas vidas.

3. PLANO DE DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA DO RN

PONTOS PARA UM PROGRAMA PROLETÁRIO PARA A SAÚDE

A SAÚDE NO BRASIL SEMICOLONIAL

- a) A precariedade da saúde no Brasil está condicionada pela etapa do capitalismo em que vivemos. Sob o imperialismo, não há mais possibilidades de avanços sociais permanentes e em larga escala. O Brasil comparece perante o sistema capitalista mundial como um país semicolonial, onde formas atrasadas e formas altamente tecnológicas são combinadas. As longas filas de espera para exames, consultas e cirurgias, a falta de médicos, hospitais, leitos e equipamentos não podem ser vistas de forma isolada. Partimos das tarefas democráticas não resolvidas para denunciar que o capitalismo é um regime histórico esgotado. Não haverá direito universal à saúde no país enquanto existir a miséria (que persiste apesar da maquiagem do governo); analfabetismo; falta de saneamento básico e um salário mínimo que preenche menos de ¼ das necessidades vitais de uma família trabalhadora. 20% dos brasileiros não têm acesso a água potável; a coleta de esgoto não chega a 63,8%; e só 37,9% do esgoto gerado recebe algum tipo de tratamento. A solução destes problemas, por sua vez, se choca com a base do próprio sistema capitalista, que é a apropriação privada da riqueza produzida socialmente.
- b) O sistema de saúde expressa o domínio da classe burguesia. Os atendimentos mais eficazes da medicina tecnológica são destinados à burguesia e à alta classe média, capazes de pagar enormes custos. Parte da pequena burguesia arruinada e do proletariado se sacrifica para pagar seus planos de saúde, sem terem acesso, contudo, aos tratamentos necessários. Outra parcela das classes oprimidas, 68% da população brasileira, depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde, SUS, amargando todo tipo de humilhação e descaso.
- c) As desigualdades regionais, que correspondem à lei do desenvolvimento desigual e combinado, operam decisivamente sobre o atendimento recebido. Há uma gigantesca concentração de médicos e hospitais no Sudeste e nas capitais. São inúmeras as cidades do interior que não contam com um médico sequer.
- d) A lógica mercantil no atendimento à saúde significa a morte dos explorados. Morte imediata por falta de atendimento ou vida abreviada pela falta de condições dignas de sobrevivência somada à falta de tratamento adequado. A política do Partido Operário Revolucionário parte da defesa dos interesses gerais e defesa da vida dos oprimidos. Estes interesses e condições estão em choque com a manutenção do capitalismo.

FINANCIAMENTO INSUFICIENTE

O financiamento do sistema de saúde brasileiro, pretensamente universal, é insuficiente. O orçamento do governo federal para 2012 previa 3,98% do orçamento público para à saúde, e 0,14% ao saneamento, enquanto o pagamento de juros e amortizações da dívida 47,19%, que correspondem a mais de 1 trilhão de reais. Em 2011, o gasto per capita em saúde no Brasil era de U\$ 943 e equivalia a 9% do PIB. A comparação com países que têm sistemas universais revela a insuficiência deste gasto: Alemanha U\$ 4.129 per capita, 11,4% do PIB; França U\$ 3.931 per capita, 11,4% do PIB; Portugal, U\$ 2.703 per capita e 11,0% do PIB; Cuba, U\$ 480 per capita, 11,30% do PIB. Mesmo nesses países, os recursos da saúde vêm sendo cortados em função da crise econômica mundial. Deste gasto com saúde, 54% tem origem privada. Em Cuba, os gastos públicos atingem 92,70%. As bandeiras de mais financiamento ou de recursos públicos só para a saúde pública são insuficientes, pois não atacam o cerne da crise da saúde que é a sua mercantilização. A consigna de expropriação de toda rede privada e conveniada e a estatização sob o controle dos trabalhadores é uma resposta a raiz da decomposição do sistema de saúde.

COEXISTÊNCIA DO SISTEMA PÚBLICO E PRIVADO

Além de mais da metade dos gastos com saúde terem origem privada, o que desnuda a farsa da universalização, grande parte do orçamento público para a saúde é transferido para a iniciativa privada. Por exemplo, hoje 62% dos recursos públicos destinados a procedimentos de alta e média complexidade são absorvidos por convênios e serviços de rede privada, por meio do SUS. Desde o movimento pela Reforma

Sanitária, que antecedeu e influenciou a Constituição de 1988, estabeleceu-se a meta de uma estatização gradual e progressiva. O SUS já foi lançado como um sistema apenas parcialmente público, que admitia a saúde privada como complementar. O complementar, porém, torna-se cada vez mais o principal. As políticas do Estado não apontam para o caminho da progressiva estatização, mas sim da acelerada universalização do sistema privado. Ou seja, a coexistência do público com o privado condiciona a destruição do público.

AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO E DESNACIONALIZAÇÃO

- a) É inerente ao capitalismo a necessidade de criar novos campos – ainda não explorados ou ocupados – para a valorização do capital. Com a crise econômica mundial, por sua vez, avança a destruição dos serviços sociais e a transformação de parte deles em mercadoria, justamente a parte que pode servir para valorizar o capital. A mercantilização da saúde é parte deste contexto. Como mercadoria, a saúde é impactada pelas tendências concentracionistas.
- b) Governo Federal, estados e municípios lançam medidas que aprofundam a privatização da Saúde. Com incentivos aos planos privados na forma de isenções fiscais, subsídios para a expansão do mercado e linhas de crédito. Grandes grupos do mercado dos planos de saúde (Bradesco, Qualicorp e Amil) ditam a política do governo de Dilma Roussef. Favorece-se a desnacionalização do setor. No início de 2013, a empresa norte-americana United Health comprou 90% da AMIL, que opera a maioria dos planos privados de saúde do Brasil. O foco da expansão dos planos é o público de baixa renda. O número de usuários de planos de saúde passou de 34,5 milhões, em 2000, para 47,8 milhões, em 2011, tornando o Brasil o 2º mercado mundial de seguros privados. O pagamento de um plano, porém, não garante atendimento adequado, há dificuldades em marcar consultas, alta rotatividade dos médicos, exames e cirurgias não credenciados, preços exorbitantes, etc. As punições da Agência Nacional da Saúde são seletivas, atingem as empresas menores, não cartelizadas na Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE), impondo restrições que favorecem futuras aquisições por parte dos grupos mais fortes, vinculados ao capital internacional.
- c) Este quadro soma-se às medidas privatistas ocultas sob o discurso da modernização da gestão: Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), Parcerias Público-Privada (PPPs) e agora a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

AS BANDEIRAS PROLETÁRIAS PARA A SAÚDE

O movimento deve partir das reivindicações mais sentidas pelos explorados, que permitem unificá-los e organizá-los com independência perante a burguesia, seu Estado e seus partidos. Os métodos de luta são aqueles próprios do movimento operário: greves, ocupações, piquetes, atos de rua. A defesa da saúde pública para ser consequente se choca com as multinacionais e os grupos monopolistas. Terá de derrotar a política privatista do governo e a colaboração das burocracias sindicais. Defendemos a estatização sem indenização do sistema privado e constituição de um Sistema Único de Saúde público, gratuito e sob o controle dos trabalhadores. Não há como reformar progressivamente o sistema de saúde no interior do capitalismo em decomposição. As reivindicações quanto ao direito à saúde estão ligadas à tarefa histórica de destruir a sociedade de classe, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social (coletiva), por isso são reivindicações transitórias que levam à luta pelo socialismo.

4. AVANÇAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DO SINDSAÚDE POR MEIO DO TRABALHO DE BASE

1. **Estatuto:** Qualquer alteração da organização sindical, materializada no Estatuto, deve se assentar na democracia operária, que é expressão da tradição mais avançada da democracia dos trabalhadores. Por isso, para a Corrente Proletária na Saúde, o Estatuto deve expressar a concepção e os métodos proletários no interior da entidade. Alguns pilares devem estruturar formalmente o Estatuto, por representar a democracia direta dos trabalhadores e garantirem o máximo de participação e mobilização:
 - a) proporcionalidade;
 - b) que para ser votado nas eleições seja de 03 meses de contribuição;
 - c) para

escolha de delegados ao congresso, seja 01 delegado para cada 05 trabalhador presente no local de trabalho; d) revogabilidade de mandato, e) (Art. 22) reformular o artigo 22 dando direito, como é em outros sindicatos (até mesmo governistas) de todos escreverem teses, sem que esteja limitado ao número de assinaturas.

- 2. Trabalho de base:** Para o fortalecimento da luta pela saúde pública devemos fazer com que o sindicato esteja o mais próximo possível da base, para que se possa organizar, mobilizar e construir a luta. Para isso defendemos a criação de núcleos nos municípios que assim o SINDSAÚDE tenha sua direção em seu município, também defendemos a criação dos comitês de luta por base nos locais de trabalho facilitando a resposta coletiva aos ataques dos governos trazendo a mobilização dentro dos locais de trabalho em conjunto com a comunidade.

3. Política Sindical

- a) A crise social e econômica, parte da crise mundial do capitalismo, tem distanciado as direções pelegas das bases de trabalhadores. O sindicalismo colaboracionista e propositivo da década de 90 permitiu que se avançasse a burocratização e a estatização dos organismos dos trabalhadores. As lutas atuais comprovam a traição desse sindicalismo (dirigido pelo PT, PCdoB, PDT e outros partidos da ordem), mas também evidenciam o seu papel de obstáculos para as lutas futuras.
- b) Com a subordinação dos sindicatos e Centrais a uma política eleitoreira e reformista, há, desde a década de 90, um abandono dos métodos da ação direta, expressos nas assembleias gerais, nas greves, nas passeatas, nas manifestações, nos bloqueios, etc., os quais são substituídos pelos métodos de pressão parlamentar, de ações jurídicas e de aberta colaboração com patrões e governos. A fragmentação das lutas, a divisão entre categorias, ramos e setores produtivos vai isolando os poucos movimentos que ainda resistem contra esse sindicalismo “propositivo”, que a CUT, maior Central do país, levou à frente. Com a chegada do PT ao governo federal, a estratégia eleitoral se concretizou e as Centrais se tornaram braços do Estado. A estatização e a colaboração de classe atingem seu mais alto grau.
- c) O fenômeno da divisão das Centrais é, ao mesmo tempo, parte do processo de burocratização e de estatização bem como uma resposta a ele. De um lado, a divisão das lutas, a fragmentação dos setores, a mutilação da democracia sindical convergiram para que cada aparato sindical se tornasse um feudo a parte. Cada sindicato atuava isoladamente e a maior Central, CUT, abria espaço para que a direita tradicional, manifesta desde a criação da Força Sindical, ganhasse terreno nessa situação política. A divisão entre vários sindicatos, às vezes no interior de um mesmo setor, como o da Saúde ou da metalurgia, é expressão dessa política levada a cabo nos últimos trinta anos. Quando é anunciada a reforma sindical, esboçada pelo governo Lula, a política do PSTU, seguida pelo PSOL, PCdoB e correntes de direita, serviu para cristalizar a fragmentação. Na criação da CSP-Conlutas e da Intersindical (que não aparece como Central, embora reúna vários sindicatos), a divisão surge como resposta à estatização e à burocratização, mas também é parte desse processo, uma vez que as esquerdas não o combateram com uma política revolucionária. Ao contrário, adaptaram-se, criando seus próprios aparatos. A divisão como um fato da situação política atual dificulta as lutas das massas e torna ainda mais distante a tarefa da unidade de todos os trabalhadores para enfrentar os capitalistas e seus governos.

5. PLANO DE LUTAS PARA 2015/2016

1. Diante da conjuntura internacional, devemos aprovar:

- a) Derrubada de todas as reformas destruidoras de direitos e empregos, impostas pelo imperialismo.
- b) Autodeterminação de todos os povos. Fim da intervenção da ONU e dos países imperialistas sobre os países atrasados.
- c) Defesa do emprego e salário por meio da ação direta das massas. Fim da sangria das economias nacionais, a partir do rompimento dos acordos e pacotes com os organismos imperialistas.
- d) Organizar as lutas sob a bandeira do governo operário e camponês. Pela Revolução Proletária Mundial!

2. Frente à conjuntura nacional, *devemos aprovar:*

- a) Fim da flexibilização do trabalho, das leis antigreve e das investidas contra a previdência dos trabalhadores.
- b) Contra a inflação, defesa da Escala Móvel de Reajuste; contra o desemprego, defesa da Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos aptos); contra o salário de miséria dos governos e capitalistas, defesa do Salário Mínimo Vital (defendido e aprovado em assembleia dos trabalhadores, que está em torno de R\$ 4500,00).
- c) Contra a destruição de serviços públicos, defesa da Estatização dos Sistemas: de Saúde, de Saúde e de Transporte, sob controle operário.
- d) Fim de todos os processos políticos. Fim da repressão aos movimentos.
- e) Combate à lei antigreve e defesa do direito irrestrito de manifestações e greves. Nada de pagar multas aos governos e Justiça burguesas

Plano de luta para a Saúde

Responder à crise da saúde, lutando:

- a) Por um único sistema de Saúde, gratuito e estatal. Essa bandeira implica a luta contra a privatização e a existência da rede particular (seja ela estritamente privada ou organizações não governamentais). Implica a expropriação, sem indenização, de toda a rede privada. Implica colocar a saúde sob o controle de quem trabalha e usa o sistema. Trata-se de uma reivindicação democrática porque garante o acesso a todos a todos os graus de complexibilidade no atendimento.
- b) Pelo salário mínimo vital e pela escala móvel de reajuste. Essa bandeira é a da defesa da vida dos trabalhadores da saúde. Isso porque permite manter a família sem precisar recorrer a mais de um emprego. Permite a unidade com todos os oprimidos, que sobrevivem com o salário de fome do governo. E a cada vez que sobe o custo de vida, o salário é automaticamente corrigido.
- c) Pela redução da jornada de trabalho por meio da escala móvel das horas de trabalho. Milhares de Profissionais da saúde estão sem trabalho ou subempregados. A bandeira da escala móvel das horas é a que divide as horas de trabalho entre todos que estão aptos ao trabalho na saúde. Essa é uma resposta ao desemprego, ao subemprego e aos concursos, que são discriminatórios (porque emprega uma parcela e joga na amargura a maioria).
- d) A capacitação dos profissionais deve ser continua e de total financiamento do Estado que der acesso a todos que se interessarem. Flexibilidade nas escalas, onde o emprego que seja compatível com o estudo.
- e) Pagamento da insalubridade a todos que trabalham na saúde.

3. Responder às medidas antisaúde, lutando:

- a) Pelo fim da municipalização e as parcerias público-privadas. Os resultados da municipalização foram nefastos. Trouxe fechamento de serviços, salários diferenciados, aumento das parcerias e outras tantas consequências. É necessário implementar a bandeira democrática do sistema único – uma só sistema de saúde gratuita.
- b) Fim da farsa dos concursos públicos, que só trazem demissão. Estabilidade a todos os contratados, independente do tempo de serviço. Efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados e contratados.

Política Sindical

- a) A unidade dos trabalhadores através da luta pelas reivindicações de emprego e salário. Contra o divisionismo sindical. Por uma única Central, classista e democrática;
- b) Democracia sindical (respeito à decisão das assembleias e por congressos de base, etc.). Rejeição da política de conciliação de classes;

- c) Pelos métodos da ação direta (passeatas, manifestações, greves, piquetes, etc.) contra a colaboração das centrais com o governo federal.
- d) Previdência única e pública para todos os trabalhadores.

Políticas permanentes

- a) Garantir o acesso à saúde para todos, mais profissionais de saúde de acordo com a necessidade de cobertura de toda a população e melhores condições de trabalho;
- b) Fim de toda exploração, opressão e violência às mulheres; fim de toda legislação discriminatória; trabalho igual, salário igual;
- c) Fim de toda exploração e violência sobre os negros;
- d) Combater a opressão e a violência contra os homossexuais, a partir dos métodos da ação direta; impor por meio da luta os mesmos direitos a todos, independente da orientação sexual.
- e) Fim da sociedade de classes por meio da Revolução Proletária; luta pelo comunismo para acabar com todo tipo de exploração, violência e opressão.

Assinam esta tese:

- 01 Josivan Miguel Pereira HDML
- 02 Jairo de Lima Laranjeira HDML
- 03 Regiane G. Melo HDML
- 04 Gilmar Silva HDML
- 05 Fábio Márcio P da Silva HDML
- 06 Maria Leidiane de Souza Costa HDML
- 07 Ana Lúcia Duarte HDML
- 08 Rodrigo César Ramos Pereira HDML
- 09 Sheila Maria dos Santos HDML
- 10 Edicleide do S Silva HDML
- 11 Maria Dalva Belchior dos Santos HDML
- 12 Socorro A de Paiva HDML
- 13 Maria José Marques da Silva HDML
- 14 Maria Carlinda Saraiva Dantas HDML
- 15 Josema Fonseca Miguel HDML
- 16 José Almeida de Santana Júnior UNICAT
- 17 Paulo César de Lima UNICAT
- 18 Solange Souza UNICAT
- 19 Agliberto Rocha Freitas UNICAT
- 20 Raniel da Silva Araújo UNICAT
- 21 Clenúbio Maria de Figueiredo UNICAT
- 22 Luciano Oliveira G da Silva UNICAT
- 23 Tércia Luzia Pereira Marques HDML
- 24 Valéria Medeiros da Silva Alves HDML
- 25 Maria Lúcia de Vera HDML
- 26 João Batista Santos HDML
- 27 Arionaldo G Barbosa HDML
- 28 Vera Lúcia M Braga HDML
- 29 Luciano Rodrigo Andrade UNICAT
- 30 Margarida Gabriel HDML

Tese 3

GOSS

**'Por um sindicato de luta
e independente dos
governos, patrões
e partidos'**

Tese: Por um Sindicato de luta e independente dos governos, patrões e partidos

Conjuntura Internacional

O XI Congresso do Sindsaúde do RN realiza-se numa conjuntura de agravamento da crise econômica internacional. A maioria dos países europeus estão estagnados ou recessão. Mesmo a Alemanha, a locomotiva do continente europeu, vive uma situação de estagnação econômica com perspectiva de entrar em recessão no próximo período.

Os países que compõem os chamados Brics passam por um momento bastante difícil. China e Índia vivem um processo acentuado de desaceleração e Brasil, Rússia e África do Sul estão estagnados.

A receita dos governos destes países tem sido a mesma: tentam jogar nas costas dos trabalhadores, os custos da crise provocada pelos ricos.

Entretanto, temos acompanhado no último período, um processo importante de lutas dos trabalhadores, principalmente no continente europeu. Expressões desse processo, foram as recentes greve gerais que ocorreram na Itália e Bélgica. No caso da Itália, a greve geral ocorreu contra o projeto de Matteo Renzi de mudar a legislação trabalhista a fim de facilitar as demissões. No caso da Bélgica, o centro da luta foi contra o plano de austeridade implementado pelo atual governo. Estas lutas vem sendo realizadas junto com muitas outras, como as greves de diversas categorias na Inglaterra, contra a taxa de água na Irlanda e as rebeliões relacionadas à questão nacional na Escócia e Catalunha.

Nos EUA, a juventude e os trabalhadores tem realizado diversas manifestações contra o racismo e a repressão policial logo após a morte de dois trabalhadores negros.

Na China, o governo está preocupado com o impacto que as manifestações por liberdades democráticas em Hong Kong tiveram dentro do país.

Na América Latina, o grande destaque tem sido a luta da juventude e dos trabalhadores mexicanos para que os responsáveis pelo assassinato dos 43 estudantes do Estado Guerreiro sejam punidos.

Apesar deste avanço das lutas em muitos países, é necessário reconhecer que no norte da África e Oriente Médio, a situação é bastante difícil para a classe trabalhadora.

Estas dificuldades se expressaram pelos ataques que foram implementados por Israel à população palestina, pelo retorno de um regime autoritário no Egito, pelo aumento dos ataques do Estado Islâmico e pelo fato de quatro países estarem sendo consumidos pela guerra, como é o caso a Síria, Líbia, Iraque e Iêmen.

Entretanto, esta situação, provavelmente, não permanecerá por muito tempo, pois as lutas realizadas durante a Primavera Árabe não foram apagadas da memória da juventude e dos trabalhadores e uma nova conjuntura poderá ser aberta na região.

Conjuntura Nacional

O ano passado será lembrado, com certeza, pelas diversas lutas que foram realizadas pela juventude e os trabalhadores e por sinais mais concretos de esgotamento econômico e político do Lulismo. Uma das expressões desse esgotamento tem sido a estagnação da economia e a vitória apertada de Dilma Russeff no segundo turno das eleições presidenciais.

O primeiro semestre de 2014 foi marcado por algumas greves importantes: garis do Rio de Janeiro, rodoviários, trabalhadores da educação básica em diversos estados, professores, estudantes e funcionários das universidades paulistas, diversas categorias do funcionalismo federal, metroviários de São Paulo e pelas lutas do MTST e outros movimentos populares por moradia. Além dessas lutas, foram realizadas diversas manifestações contra os gastos da Copa do Mundo e a criminalização das lutas.

No Rio Grande do Norte tivemos greves e lutas importantes realizadas por nós trabalhadores da Saúde, policiais civis e pelos rodoviários de Natal.

A maioria dessas lutas, apesar de não terem sido unificadas, tiveram algumas conquistas, expressando a correlação de forças que foi estabelecida a partir das jornadas de junho de 2013.

Essas lutas do primeiro semestre, não foram massivas como as de 2013, mas tiveram um aspecto bastante progressivo que foram as ações organizadas da juventude e dos trabalhadores através das suas entidades e movimentos. Em muitas dessas lutas, as direções pelegas dos sindicatos foram ultrapassadas pela base de suas categorias.

Já no segundo semestre, apesar de termos greves importantes, com destaque para a dos trabalhadores dos correios, bancários e a continuidade da greve das três universidades paulistas, as eleições gerais do país acabaram recebendo maior atenção da população.

O resultado das eleições mostraram um aumento do descrédito da população em relação às instituições políticas. No segundo turno, mais de 44 milhões de pessoas deixaram de votar ou votaram em branco ou nulo. O grande responsável pelo aumento desse descrédito foram os 12 anos de governos do PT. Nesse período, Lula e Dilma deram sequência e aperfeiçoaram às políticas neoliberais, bem como os métodos corruptos dos tucanos que no caso do PT se expressaram no “mensalão” e mais recentemente no “petróleo, escândalo de corrupção na Petrobrás.

Apesar de ter ocorrido um crescimento eleitoral importante de partidos no campo dos trabalhadores, como foi o caso do PSOL nacionalmente e no Estado do RN através da candidatura de Robério Paulino que obteve quase 9% dos votos válidos, mesmo sem uma frente de esquerda socialista, é inegável que o setor majoritário da população, principalmente o da juventude, acabou enxergando Marina Silva e Aécio Neves como alternativas de mudança.

Entretanto, nem mesmo durante a campanha eleitoral, Marina Silva e Aécio Neves chegaram a apresentar alguma diferença fundamental em relação à política econômica implementada por Dilma Roussef. Os tucanos quando estiveram na presidência do país, implementaram uma política de ataques expressa pelas privatizações, contrarreformas neoliberais, arrocho salarial, corte de gastos nos setores sociais e de repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Como havia mais semelhanças entre Dilma e Aécio, os marqueteiros foram obrigados a realizar no segundo turno, uma campanha mais forte de “desconstrução” baseada em ataques de ordem pessoal.

Passado o segundo turno, em virtude do agravamento da situação econômica do país – crescimento do PIB próximo de zero, retomada da inflação, desvalorização do real perante o dólar, déficit na balança comercial etc - Dilma já sinalizou que vai implementar tudo aquilo que acusou Marina Silva e Aécio Neves fariam caso fossem eleitos. A primeira medida foi aumentar a taxa de juros e anunciar o novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, indicado pelos banqueiros.

A atual equipe econômica informou que reajustes de tarifas e preços são necessários. Já houve aumento da gasolina e o próximo reajuste será das tarifas de energia. Mas as previsões de ataques não param por aí. Além desses aumentos, o governo pretende aumentar o corte de gastos e retomar as privatizações de rodovias, portos e aeroportos e as contrarreformas neoliberais previdenciárias e trabalhistas.

No caso da contrarreforma trabalhista, Dilma Roussef tem um grande aliado: a CUT. Depois do Acordo Coletivo Especial (ACE), a CUT está defendendo um projeto que prevê a retirada de direitos ao permitir a redução da jornada de trabalho com redução de salário, com o governo pagando parte do salário se os patrões deixarem de demitir. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo defendeu esta proposta numa Assembleia dos trabalhadores da Volks e foi atropelado pela base que a rejeitou de forma categórica.

Além disso, há uma crise hídrica atingindo estados importantes do sudeste como é caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No caso específico de São Paulo, mais de 75% já teve a sua vida prejudicada pela falta de água. Alguns setores industriais de São Paulo, como é o caso de bebidas, têxtil e químico já informaram que serão obrigados a demitir trabalhadores. Apesar de reconhecermos que vivemos uma das maiores estiagens da história no estado de São Paulo, é inegável que o grande responsável por

essa crise são os sucessivos governos tucanos que nos últimos vinte anos não construíram um único reservatório para a captação e tratamento de água.

Para garantir água para a população dos estados do país em que há crise hídrica, bem como barrar os novos ataques do governo Dilma, é necessário que ocorra em 2015 o que faltou em 2013 e 2014: a construção de um espaço amplo, democrático e construído pela base que permita coordenar e unificar todas essas lutas. Para nós da Oposição do Sindsaúde-RN essa construção passa pela realização de um Encontro Nacional dos Movimentos Sociais. Este Encontro Nacional amplo e construído pela base deve ser defendido pelo Sindsaúde e pela CSP-Conlutas.

Os movimentos sociais, apesar de ter uma grande expressão de lutas não tem ainda conhecimento de sua força. É necessário perseverar sempre, a esperança jamais perder. Só assim concretizaremos a tão almejada justiça social. Para isso, é importante politizar e conscientizar os trabalhadores em destinar seu voto para aqueles representantes que realmente persistem na luta social a cada dia.

A corrupção é câncer crônico que aumenta a crise econômica do Estado e contradiz os pensamentos filosóficos voltados para a ética, justiça social e igualdade. Punição severa para os corruptos.

Conjuntura Estadual

A governadora RosalbaCiarlineRosado (DEM) deixou o governo como se vivesse em outro mundo: agia como se não fosse responsável pelo caos hoje instalado no Rio Grande do Norte. A população sofre com a seca, com o alto índice de violência e de criminalidade. Os serviços públicos estão totalmente sucateados, a exemplo do caos da saúde, educação e segurança pública.

Destaque para a seca que vem, nos últimos anos piorando a situação do campo: 40% do rebanho morreu e há calamidade na maior parte das cidades por falta de água.

Mas é importante ressaltar que a resposta dos trabalhadores ao descaso da governadora tem sido a luta. Diversas categorias, em especial do setor público, fizeram em greve.

A política de destruição do serviço público sempre esteve presente neste estado, mandado e *desmandado pelas oligarquias das famílias Rosado, Alves, Maia, e Faria.*

Mas, no último ano, este sucateamento se intensificou e a quantidade de categorias em greve expressou essa realidade.

Não tenhamos dúvidas: Esta situação esteve e está diretamente ligada aos gastos com a copa do mundo que só beneficiaram empresários.

Assim como nos demais estados a governadora (DEM) em parceria com o prefeito Carlos Eduardo Alves (PDT), inverteu as prioridades e gastou milhões dos cofres públicos em obras da Copa.

Os dois seguiram fielmente a velha política de pão e circo: enquanto hospitais, maternidades, unidades de saúde e escolas são fechadas por falta de reformas, a governadora desvia dinheiro da construção de hospital para construir estádio de futebol.

Enquanto a população sofre nas paradas com a falta de ônibus, aeroportos gigantescos e viadutos são construídos. Enquanto a população carece de serviços e o gado morre de fome, plantam gramados para enfeitar a cidade. Enquanto a população carece de serviços básicos gastam milhões com decoração da Copa.

O índice de jovens no Rio Grande do Norte que conseguem concluir o Ensino Médio até os 19 anos aumentou nos últimos sete anos (de 2007 a 2013), mas esse aumento foi o segundo mais baixo entre todos os nove estados do Nordeste, superando a Bahia.

Os dados, que fazem parte do levantamento feito pela ONG - Todos pela Educação(TPE)- Todo jovem de 19 anos com o ensino médio concluído – aponta que 2013 nenhum estado do Nordeste conseguiu o objetivo e mostra ainda que o RN e a Bahia, apesar terem melhorado em relação ao ano anterior, se distanciaram da meta que era de 60,6% e 52,3%, respectivamente.

Segundo o estudo, em 2007 o índice do RN era de 36% e, em 2013, passou para 46% (um aumento de 9,6% pontos percentuais apenas).

Na recente análise realizada pelo IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística sobre o quesito violência urbana, Natal/RN apareceu em 3º lugar como a cidade mais violenta do Brasil. Nunca se matou tanto como no último período. As vítimas são principalmente jovens entre 17 e 24 anos. A maioria moradora da periferia pobre da capital.

Pesquisa mostra que 40% dos potiguares têm alguma doença crônica.

O Rio Grande do Norte tem 40% da população, o equivalente a 960 mil pessoas, com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as principais doenças estão à hipertensão, diabetes, colesterol alto e depressão.

Atualmente, a saúde do estado passa por uma crise nunca vista. Os familiares de pacientes estão tendo que comprar medicamentos por que nos hospitais faltam os insumos mais elementares para o tratamento. Neste momento, acontece a greve dos trabalhadores da Safe, uma empresa terceirizada que presta serviços aos hospitais e unidades de saúde. Os trabalhadores sequer receberam o 13º salário. Os profissionais de saúde estão tendo que bancar suas “quentinhas” e almoços, pois não existem trabalhadores no setor. Um verdadeiro absurdo nunca visto.

Salários são pagos com atrasos todos os meses; somos impedidos de gozar nossa Licença-prêmio, um absurdo.

Rosalba fechou o Centro de Saúde da Mulher, Professor Leide Moraes penalizando milhares de atendimento de caráter preventivo e assistência.

Para além das urnas: abre-se um novo turno das lutas.

Robinson Faria:

Logo após, o processo eleitoral do nosso estado, no apagar das luzes a “máscara caiu,” do futuro Governo Robinson.

Numa articulação patrocinada pela Governadora no “apagar das luzes” do seu governo, o executivo encaminhou um projeto modificando a forma de contribuição por parte do governo em relação ao repasse da previdência estadual.

O governo modificou a verba que está no Fundo Previdenciário que é era de quase R\$ 1 bilhão, e que serve como garantia da aposentadoria de quem entrou no estado a partir de 2006.

Com uma argumentação falsa e descabida, afirmava: precisamos de R\$ 150 milhões para fechar a folha de pagamento. Com esta medida o governo fica livre para recorrer ao Fundo Previdenciário para garantir a folha de pagamento.

Enquanto isso...

A Assembleia legislativa aprovou a toque de caixa, na Quarta-Feira (17) de Dezembro 2014 a lei que prevê o aumento dos salários do Governador, Vice-governador e secretários do Rio Grande do Norte a partir de 1º de Janeiro de 2015. Aumento de 90%.

“Nossos sonhos não cabem nas urnas” foi uma frase recorrente durante a campanha do Professor Robério Paulino (PSOL). Este setor da esquerda saiu vitorioso do processo eleitoral conseguindo algo em torno de quase 9% por cento dos votos em todo o Estado.

Em 2013, a juventude, os trabalhadores encheram as ruas, as praças públicas, contra as péssimas condições da mobilidade urbana; por saúde no padrão FIFA, por moradia, poreduação, segurança. Em 2015, a luta precisa acontecer!

A terceirização dos serviços públicos vem retirando cada vez mais os direitos dos trabalhadores que tem seus salários atrasados, férias, décimo terceiro, licenças, sem previsão de serem cumpridos por empresas que não tem nenhum compromisso com o serviço público e visam somente o lucro.

Balanço do Sindsaúde/RN

Após quase 02 anos de gestão da Diretoria atual vemos que a quase totalidade das promessas contidas na Carta Programa da eleição não foi cumprida. Vejamos alguns exemplos:

- 1) Regionais (Interior): carros, sedes, áreas de lazer- não saiu do papel;
- 2) Patrimônio material do sindicato: abandonado.
 - a) Carros- frota(03 carros) não renovada;
 - b) Área de lazer/Pium: sem manutenção adequada. Cupins por todo lado.Colchões velhos.limpeza a desejar.Não construíram a prometida guarita com a contratação de vigilante.
 - c) Área de lazer Redinha-Não concluída. Faltava apenas 30% para concluir;
 - d) Sede em Natal: Sem pintura, mofo,calçada quebrada; péssima impressão.
- 3) Festa do dia do servidor: aboliram;
- 4) Festa do Natal: Fracas. Em Pium. Deveria ser num clube com orquestra ou banda de qualidade como antes.
- 5) Lutas:
 - a) Greves derrotadas: a 1ª em 2013 (Agosto) durou 33 dias. Teve força em Natal, mas terminou com promessas do secretário estadual de saúde que não foram cumpridas; Depois foram deflagradas greves de 2,3. 5 dias, o que trouxe descrédito considerável na categoria. Não houve investimentos na mobilização no interior. As caravanas que eram frequentes antes para incentivar as Regionais não aconteceram.

Os municipalizados não foram contemplados no último acordo (Abril/2014), nem os aposentados.Antes, era devido à diretoria anterior que não lutava para eles, e agora?

b) Município de Natal: greves sem conquistas. Na última tivemos salários descontados. e descontaram de novo.De positivo, somente a equiparação dos auxiliares de enfermagem com os técnicos.

c)No que tange à defesa da Saúde Pública vimos o fechamento das Pediatrias e do Centro de Saúde Reprodutiva sem que o sindicato tomasse a frente e liderasse uma luta contra isso logo que foram anunciados os fechamentos.

A Diretoria fez apenas alguns atos quando os fechamentos já estavam consumados, apenas para registro do fato.

- 6) Vimos o CRI batendo o ponto às 19 horas, no escuro, risco de assalto, prédio vazio, só por puro autoritarismo da Sesap-Secretaria Estadual de Saúde-.

Insistimos com a diretoria do sindicato para fazer uma vigília e/ou outra ação, nada.

- 7) Durante as greves dos terceirizados nos hospitais, os plantonistas ficam sem alimentação. Novamente o silêncio é a resposta.

E os plantonistas pagando alimentação sem ter dinheiro. Agora já há mais de 15 dias.(dia: 04/01).

- 8) Antes o sindicato tomava a frente das lutas dos terceirizados juntamente com o Sipern, Hoje isso não acontece, novamente chega no final para registro.

Justamente os mais explorados que mais precisam de apoio, estão semiabandonados.

São apenas alguns pontos para a reflexão e mudanças de atitude dos (das) responsáveis.

A justificativa para tudo que não está sendo feito é que não tem dinheiro, que o dinheiro foi para as lutas.

Sempre a maior parte da arrecadação foi para as lutas, não é de hoje. Greves longas com alimentação, caravanas ao interior, carro de som, transportes diários, etc. aconteceram inúmeras. Em 2012 houve uma de 60 dias, por exemplo.

Hoje a arrecadação passa de 200 mil reais por mês.

Precisa haver transparência: quanto arrecada, gastos, investimentos; viagens para outros Estados, demissão e admissão de funcionários do sindicato, folha de pagamento quanto consome do total e os salários pagos, cargo por cargo.

Por que criaram tantos cargos desnecessários e com que critérios? A base não opinou.

Se existe crise financeira, como diz a diretoria, é por falta de planejamento, organização e, principalmente, devido ao cabide de emprego que o sindicato tornou-se com a criação de mais de 10 cargos formais e informais para favorecer aos correligionários do partido político de uma parte da Diretoria. Incluindo pessoas vindo de outros Estados.

Prestar contas é preciso. É um dever da Diretoria e um direito dos sócios.

Não vem sendo feito como deveria, mas foi promessa de campanha, inclusive planejamento financeiro anual com o Conselho Deliberativo.

Nota-se que a direção atual não tem pernas para enfrentar os abusos dos gestores contra os trabalhadores. Prova disso são fatos acima citados que retratam a situação dos trabalhadores e o descrédito que o Sindaúde/RN vem somando a cada ano e greves derrotadas pelo Governo. A cada dia perde sua força de combate perante os sócios e a sociedade.

Plano de Defesa da Saúde Pública no RN

- 1) Reabrir todos os serviços que foram fechados nos últimos anos: Pronto Socorro do HMAF, Pediatrias do HSC e do Dioclécio, Centro de Saúde Reprodutiva, Maternidade do Hosp. Reg. de Macaíba, Maternidade Leide Moraes em Natal e outros serviços no interior do Estado, como o CRIS em Caicó, Laboratório do HRF em Mossoró-Hospital da Polícia em Mossoró e outros.
- 2) Concluir em até 03 meses as reformas iniciadas no governo passado. Aumentar o número de leitos em geral, inclusive psiquiátricos e de UTI;

- 3) Eleição direta para Gestores Hospitalares e de Unidades de Saúde com critérios elaborados pelas partes interessadas;
- 4) Pagamento dos fornecedores para que não falte alimentação, manutenção de equipamentos, medicamentos e material;
- 5) Construção do hospital de trauma sem PPP (Parceria Pública Privada);
- 6) Campanhas de prevenção de acidentes em geral, principalmente os de trânsito;
- 7) Dobrar os investimentos e o orçamento para a saúde;
- 8) Não entrada da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) no HWG e/ou outros hospitais;
- 9) Revitalização das Unidades Básicas, PSFs, e Policlínicas de Natal com todos os profissionais, equipamentos e material necessários;
- 10) Reestruturação do PAI- Pronto Atendimento Infantil- Sandra Celeste em novo prédio com boas condições de trabalho, atendimento e fácil acesso;
- 11) Reestruturação dos Hospitais Regionais e com recursos humanos para evitar a ambulâncioterapia;
- 12) Reforma do prédio da Sesap urgente.
- 13) Estadualização dos hospitais Regionais Municipalizados;
- 14) Concurso Público nos PSFs;
- 15) Reorganizar toda a rede de Saúde Pública do estado e municípios de acordo com a demanda da população.

Planos de Lutas-2015/2016

- 1) Direito de retorno assegurado para aos servidores municipalizados que desejem retornar para o Estado;
- 2) Equiparação salarial dos municipalizados com os não municipalizados do Estado no que diz respeito ao salário-base e verbas vinculadas ao mesmo;
- 3) Equiparação salarial dos aposentados e pensionistas com os não aposentados;
- 4) Devolução imediata das restituições do IPE;
- 5) Informar sobre execução do FGTS do Estado e pagamento em 2015;
- 6) Pelo direito irrestrito às licenças-prêmio;
- 7) Adicional de Insalubridade para todos(as);
- 8) Transformar a Grep-Gratificação de Estímulo á Produtividade em gratificação permanente a ser paga em férias, licenças e aposentadorias. Novo Projeto de lei;
- 9) Novo concurso público em 2015 no Estado, município de Natal e demais cidades onde for necessário.
- 10) Tabela de Incentivos à qualificação conforme reivindicado em Campanha salariais anteriores (modelo de Tabela reivindicado em 2011 e que já é lei no PCCR Administrativo e da Emater).
- 11) Restituição de descontos no salário feito pela PMN na greve de 2014 em Natal;
- 12) Aumento das gratificações no município e incorporação da VICT sem redução salarial;
- 13) PCCS justos em todas as Prefeituras;

- 14) Lutar pela incorporação dos 50% da jornada especial e da GAE- Gratificação de Atividade Especial ao salário base do Estado e nivelar os salários pelo teto, de acordo com o tempo de serviço.
- 15) Pagamento em dia para terceirizada, bem como férias e 13º salário;
- 16) Redução de 14 para 12 plantões mensais para os terceirizados;
- 17) Implantação de gratificações, adicionais e mudanças de nível no município de Natal;
- 18) Implantar mudanças de nível de Dezembro 2013 no Estado;
- 19) Reajuste salarial: reposição da inflação e aumento real em 2015;
- 20) Pagamento do piso Salarial dos Agentes nas Prefeituras que não cumprem o piso nacional.
- 21) Equiparação salarial dos servidores do Estado municipalizados dos hospitais Regionais de Santa Cruz, São Miguel e outros.
- 22) Luta conjunta com os sindicatos do serviço público pela data base, mudança da lei do auxílio transporte ,revogação da última lei que acabou com o Fundo Previdenciário, etc.

Tema 04- Avançar na democratização do SINDSAÚDE/RN por meio do trabalho de base:

Na realidade a democratização anda longe do Sindsaúde. Basta ver que as instâncias de democracia previstas no Estatuto não veem sendo aplicadas:

1º) O estatuto reza que os congressos devem acontecer de 2/2 anos. Este era para ter sido realizado em Maio ou Junho de 2013. Quase 02 anos de atraso.

2º) O Conselho Deliberativo não foi eleito. O estatuto prevê que deve ser eleito até 06 meses após a posse da Diretoria Estadual. Portanto, o prazo máximo seria até 23 de Agosto de 2013.

3º) Assembleia Financeira Anual-para prestação e contas: Em 2013 não houve; em 2014 veio acontecer em Dezembro.

Anualmente, eram feitas até o final do 1º semestre.

4º) Cadê os Congressos Regionais defendidas anteriormente pela Diretoria atual quando era oposição? Não realizou nenhum.

5º) Jornais regulares: acabou a regularidade quinzenal de antes para o Sindnotícias e bimensal ou trimestral para o Impaciente.

Atualmente sai o Sindnotícias esporadicamente. Sabemos que a maioria dos filiados não veem Site ou Internet. O jornal escrito regular é importante chegar aos locais de trabalho. Democratizar a informação é uma das formas mais importantes de se exercer a democracia. Antes só uma jornalista fazia os jornais e saíam pontualmente, na maioria das vezes.

6º) Cadê a Comissão organizadora dos Congressos com representantes de todas as correntes de pensamento que a antiga oposição, hoje diretoria Estadual defendia?

Só uma 01 tese forma a Comissão.

7º) As assembleias, em geral, são consumidas em longos informes, propostas e comentários de alguns diretores e assessores. Quando é aberta a hora da base falar, já é tarde, as pessoas estão cansadas de esperar e só nos resta 3 minutos para tudo.

Cadê a democracia?

8º) As escolhas de representantes para ir a eventos em outros estados também não tem sido transparente. Às vezes as pessoas não sabem do evento ou só sabem na hora da escolha sem prévio conhecimento da pauta.

9º) Assembleia, pelo menos anual, para atualizar, mudar normas, manutenção ou ampliação das áreas de lazer: nenhuma foi realizada nesta gestão.

10º) No estatuto foi introduzido, para democratizar, no último congresso, a instância do Plebiscito em decisões importantes. Até agora nenhum foi realizado.

11º) Os representantes de cada unidade de saúde, titulares e suplentes, previstos no Estatuto não foram escolhidos. Não existe elo de ligação entre as bases e a Diretoria Estadual.

12º) visitas às bases capital e interior:

Poucas e sem regularidade. A reclamação é frequente quanto a ausência dos diretores (as) nos locais de trabalho.

13º) nº de diretores(as) que não assumiram, renunciaram e ou ausentes é alto: mais ou menos 30% do total.

Por quê? O que houve?

Antes, 2º a oposição da época, devia-se a concentração de poderes no sindicato. E agora, é por quê?

Nossas propostas:

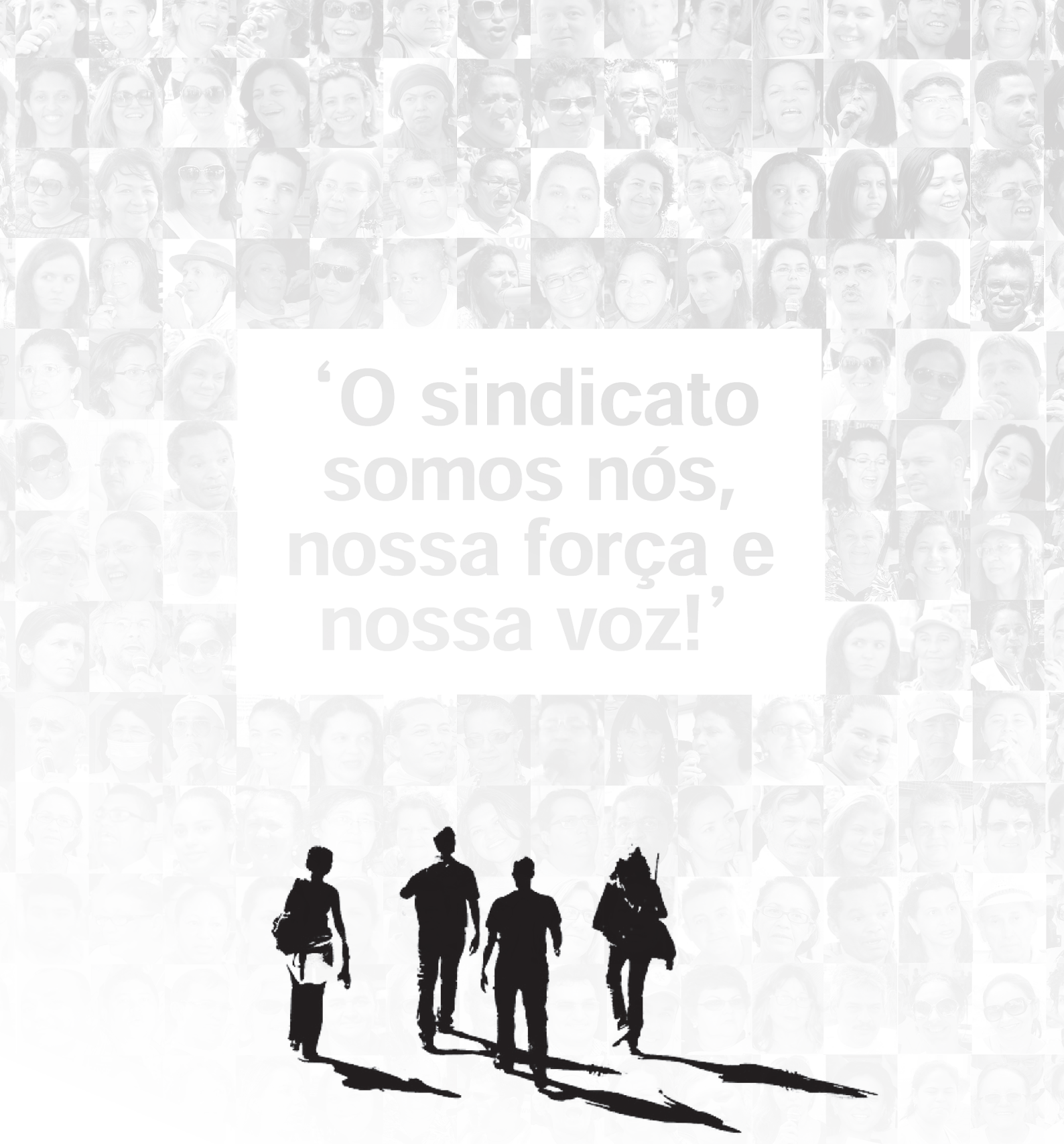
- 1) Cumprir tudo o que está no Estatuto para democratizar;
- 2) Eleger comissões de base nos hospitais e nas unidades grandes ou médias, após pesquisa e discussões, setor por setor;
- 3) Após as eleições, cursos de formação, rodas de conversas, leitura e debate do Estatuto do sindicato, o que é o SUSE como torna-lo público, de qualidade e eficiente; leis Trabalhistas e Previdenciárias, etc.
- 4) Nas unidades básicas eleger representantes titulares e suplentes conforme estatuto.
- 5) Assembleia financeira anual no 1º semestre e prestação de contas bimensal.

Um sindicato que não cumpre o próprio Estatuto não é digno de representar os seus trabalhadores.

**ASSINAM ESTA TESE:
COORDENAÇÃO REGIONAL DO SERIDÓ**

José Wilson Silva de Farias-HWG
Marcelo de Melo Rocha-HWG/Extremoz
Francisca Etelvina da Conceição-Apod
José Egberto Sátiro de Moura-Canguaretama
Juciene Siméia- Deoclécio /Neópolis
Josineide dos Santos-HSC
Maria Dalva-Mossoró=II URSAP
Maria Dalva Aquino-Aposentada
Zilma Solano-Currais Novos
Maria Suerda-JMT- HWG
Vicente de Paula Silva Parnamirim
Rubens de Carvalho Araujo- Pajuçara
Arlene Ferreira da Silva-Extremoz
Rosângela Maria Baracho-Sesap
Célia Maria Lucena- HGT
Elizabeth Maria- HGT
Geraldo VasconcelosHWG+Deoclécio
Maria da Guia Dantas de Araujo- São José de mipibu
Zelia Gomes de Araujo- HSC
Maria Mirivam Silva de Souza-HJM
Jean Araujo de Albuquerque-HJM
Adilson Manteiga-HJM
Eliane Francisca da Silva- Sandra Celeste
Maria Jose- HSC
Angela Maria Alves de Andrade- CRI
Sineide Barbosa Nunes-HSC
Maria da Conceição Ferreira- HSC
Sônia Maria Godeiro-HWG/Sandra Celeste
Maristela Albuquerque- HWG/Touros
Ana Lúcia- LAREM-Mossoró
Irene Soares – H.R. Tarcísio Maia – Mossoró
Neilza Rodrigues- Hospital Deoclécio Marques/ Parnamirim

“Não aprendi a me render, que caia o inimigo então...
Tudo passa, tudo passará...”
Legião Urbana – Renato Russo)



‘O sindicato
somos nós,
nossa força e
nossa voz!’



SINDSAÚDE-RN




Av. Rio Branco, 874, Cd. Alta - Natal Tel: (84) 4006-2950



www.sindsaudern.org.br



facebook.com/sindicatodosservidoresdasaudedorn

A black and white photograph of a young girl with long, dark, wavy hair, smiling slightly. She is holding a large, rectangular sign in front of her. The sign has a dark, textured background, possibly made of fabric or paper with a rough edge, and the text is written in white, hand-drawn capital letters. The text reads: "SAÚDE NÃO É MERCADORIA". The girl is wearing a light-colored top and light-colored pants. The background is dark and out of focus, with some bright, rectangular lights visible, suggesting an indoor setting like a school hallway or a stage.

SAÚDE
NÃO É
MERCADORIA